

Biodiversidade, sustento e culturas é uma publicação trimestral de informação e debate sobre a diversidade biológica e cultural para o sustento das comunidades e culturas locais. O uso e a conservação da biodiversidade, o impacto das novas biotecnologias, patentes e políticas públicas são parte da nossa cobertura. Inclui experiências e propostas na América Latina, e busca ser um vínculo entre aqueles que trabalham pela gestão popular da biodiversidade, da diversidade cultural e do autogoverno, especialmente das comunidades locais: mulheres e homens indígenas e afroamericanos, camponeses, pescadores e pequenos produtores.

Biodiversidade, sustento e culturas

Número 80, abril de 2014



Editorial

Vinte anos. Data mítica que a memória volta e volta a invocar. Com este número 80, *Biodiversidade, sustento e culturas* cumpre tal ciclo: vinte anos de ir tecendo ou plantando, de ir armando ou construindo, de articular, limpar e colher o trabalho continuado e o compartilhamento de vontades e olhares, de palavras prontas ou repensadas, que a partir dos rincões vão formando um mosaico, uma trama comum, tão latino-americana. Somos uma nuvem que amontoa muitas nuvens, um quebra-

cabeça que nunca se completa, que continua agregando e agregando o que as pessoas ressaltam, invocam, indagam e articulam para que sejam ouvidas as vozes esquecidas, as histórias não contadas ou apagadas de propósito, as visões caladas.

Palmo a palmo, passo a passo, as histórias e relatos que foram convergindo nas páginas da revista (e o impulso de torná-la possível com a Alianza Biodiversidad, esse coletivo a partir do qual nos nutrimos) nos falam de um enorme esforço de convergência, de confiança, de reconhecimento mútuo e surpresas compartilhadas. No caminho andamos, disse o tropeiro, assim como nós, que às vezes pisamos mal, ou que erramos de plano, ou caímos em contradições terríveis. E certamente continuaremos fazendo isso, porque todas e todos estamos incompletos sempre, e só na comunidade podemos encontrar a plenitude ausente.

Amarramos assim o tecido do que somos como comunidade que junta comunidades, como ferramenta para reunir experiências e disseminá-las, para abrir as brechas pertinentes e nos voltar para mais veredas e caminhos e rincões. Nosso trabalho criativo e nosso desafio é nos vincular: abrir os espaços para pensar juntos. Voltar-nos para a menor e mais recôndita cotidianidade a tempo de entrever com assombro o panorama completo de como funciona o capitalismo realmente existente e sua maneira de atacar; ou vislumbrar as entranhas mais detalhadas das lutas de resistência dos povos.

Acalentamos em nossas mãos o que as pessoas e as comunidades vão nos narrando, o que insistem que é importante e crucial recuperar para que o presente tenha sentido (pelo futuro, é claro): mas o futuro é esse presente reiterado confiança a confiança, justiça a justiça, liberação a liberação, negação a negação, transformação a transformação, paixão a paixão, reivindicação a reivindicação.

Depois de vinte anos continuamos empenhados em nos aproximar de comunidades, organizações e pessoas que, diretamente, procuram entender com outros e outras o que ocorre. Queremos chegar diretamente ao coração das comunidades, para que, em primeira mão, nos encontremos em um lugar comum. Celebramos os vinte para continuar caminhando junto aos povos.

À memória de Andrés Carrasco, nosso querido colega, cúmplice, amigo. Irmão de vida que sempre procurou a brecha para abrir a tapas um para além das convenções, das normas e regulamentos, e assim nos orientar para o mistério, tentando entender. Isso o inimizou com o poder da ciência e com o poder em si. E, respondão como era, nunca deixou de fazer ou dizer o que lhe pareceu urgente fazer ou dizer.

“Como pensador, Andrés fez fortes críticas ao caminho que a ciência e a pesquisa científica estão tomando, que, longe de propiciar o pensamento crítico, está cada vez mais a serviço do capital”, escreveu Elizabeth Bravo em razão de seu falecimento.

Que esta *Biodiversidade* vá com Andrés, sabendo que sua presença já é parte de nosso olhar e de nosso coração, para sempre.

20 anos com transgênicos:

Teorias de conspiração ou realidade planejada?

Henk Hobbelink (GRAIN)*

Ainda lembro perfeitamente. Foi há bem mais de vinte anos. Estava em um debate público onde também estava um representante da Monsanto — uma empresa que então apenas começava a aparecer no mundo das sementes e dos transgênicos. O sujeito enumerava toda a lista de promessas que a biotecnologia ia trazer para os camponeses e a alimentação: mais produção, menos agrotóxicos, mais diversidade e menos fome no mundo. E lhe perguntei: por que uma empresa como a Monsanto faria sementes que necessitam menos agrotóxicos, se é com os agrotóxicos que essa empresa mais ganha atualmente?

Não me lembro agora de sua resposta (o mais provável é que não tenha sido muito convincente), mas lembro, sim, de que a todo momento dizia para mim mesmo: “Henk, pare aqui! Não o acuse de que no futuro vão produzir sementes que necessitarão mais agrotóxicos! Deixe de teorias conspiratórias. Não temos dados que mostrem isto, e além do mais, nenhum agricultor compraria estas sementes”.

Poucos anos mais tarde pudemos publicar a primeira lista de 69 projetos de pesquisa, incluindo vários da Monsanto, que pretendiam conseguir exatamente isto: produzir sementes tolerantes a herbicidas para poder pulverizar mais. E, em 1994, o primeiro número da revista *Biodiversidade* exibia um gráfico que já mostrava que a maioria da pesquisa transgênica ia para esse lado. Hoje, vinte anos depois, quase não existem sementes transgênicas que não tenham incorporada uma tolerância a herbicidas. Simplesmente, era uma oportunidade boa demais para que a indústria a deixasse escapar. Às vezes, as teorias de conspiração estão certas.

O que quero dizer com isto. Que algumas tecnologias em mãos do capital são instrumentos perfeitos para transformar o sistema alimentar em algo que a indústria controle e que lhe permita extrair mais benefícios. E, para os que estamos preocupados com o futuro do campesinato, este é o impacto mais grave dos transgênicos. É uma tecnologia que permite criar e controlar megapropriedades industriais que expulsam as pessoas de seus campos e destroem a agricultura camponesa. A metade da terra agrícola na Argentina está atualmente plantada com soja industrial pulverizada por aviões agrícolas — um avanço que a indústria não teria conseguido sem esta tecnologia.

Às vezes nos engajamos em debates “sim-não” sobre se os transgênicos são bons ou maus para a alimentação, se têm potencial para criar inovações de “segunda geração” interessantes para os camponeses; se existe soja “sustentável”, se é bom que a Syngenta doe algumas de suas licenças exclusivas para países pobres. Ou se podemos criar sistemas de direitos ‘*sui generis*’ que suavizem de alguma forma o controle férreo que as corporações conseguiram com seus sistemas de patentes (aliás, sobre isso tratava outro dos artigos no número um da revista *Biodiversidade*).

No fundo, são discussões que às vezes nos distraem (ou nos distraíram) do que deveria ser nosso primeiro objetivo: deter o agronegócio e conseguir que os camponeses e as camponesas possam viver dignamente da terra e alimentar o mundo.

* Henk Hobbelink é fundador do GRAIN e seu coordenador geral

Povos originários da América

Dos rios profundos aos rios do futuro

Hermann Bellinghausen*

O ressurgimento dos povos originários do continente americano é a mudança mais importante e de longa duração ocorrida nas últimas duas décadas em nossos países. Por volta de 1990 os povos começaram a fazer barulho neste mundo, depois de séculos de silêncio (silenciamento), perseguição, e sobretudo negação pelos Estados nacionais. O que eles alcançaram em tão pouco tempo representa um fenômeno social de grandes proporções, uma experiência política reveladora. Ou melhor ainda, a revitalização civilizatória que faltava ao planeta para não morrer. Uma mudança de paradigma. Uma renovação da utopia. Ou tudo isso e não só. Para além do racismo idiota das classes esclarecidas ao comentar o assunto, sempre, no fundo, mortas de medo, a influência destes povos é palpável na história nacional recente de países como Equador e Bolívia, onde os povos andinos e amazônicos foram determinantes para as mudanças ocorridas em ambas as nações, o fim das ditaduras e a limitação das políticas neoliberais rapinantes e “pró-ianques”. Defendem os territórios, os recursos, as regiões onde sobreviveram por séculos. São protagonistas nacionais de mil maneiras.

Também no México, o país com maior população indígena em toda a América, a pegada histórica de seus povos originários mudou de velocidade e de profundidade, se colocou no centro do debate nacional e renovou a linguagem política. No entanto, a remoção das oligarquias governantes não foi alcançada nem sequer em um nível simbólico, e o saqueio depredador ocupa a primeira fila nas prioridades do Estado, de seus sócios políticos (os partidos), de investimento (todas essas empresas que dá pânico nomear sobre estas terras), midiáticos e militares. Atualmente, a violência no México contra os povos indígenas não tem igual no continente: eles são mais assassinados, desaparecem mais, são exilados, torturados, violados, encarcerados e saqueados mais do que em qualquer outra parte.

Não poderíamos explicar a modernidade dolorosa mas em pé da Guatemala profunda sem a resistência sussurrante de sua maioria maia, negada até para si mesma.

Aí temos a extraordinária epopeia mapudungun de recuperação territorial e histórica em La Araucanía, além de sua inesperada visibilidade em um país tão “pouco índio” como a Argentina. Para a Colômbia, os povos conseguiram ser, em nível ético e espiritual, o fiel da balança em um país fora de equilíbrio, que no fim do século passado entrou no jogo perverso dessas guerras de poder que ninguém pode ganhar, mas cujo negócio consiste em lutá-las, isso é parte do butim; ali os povos originários, vítimas diretas e constantes, alcançaram uma legitimidade concreta onde os demais atores políticos estão com suas legitimidades bem capengas, se é que lhes resta alguma.

Ante a contundência contínua dos zapatistas em Chiapas, do movimento indígena equatoriano e da experiência nacional boliviana, você se pergunta se algo assim estava considerado nos planos imperiais para o futuro. Sem abusar da palavra “profundo”, estamos diante de movimentos de um calado que ultrapassa as meras mudanças de governo, siglas ou aceitações comerciais. A autenticidade e a clareza de propósitos

garantem sua duração. Em 2014, os povos indígenas americanos têm um futuro mais amplo do que, digamos, no ano do Senhor 1992.

A preocupação do Departamento de Estado de Washington, dos serviços secretos do império e dos Estados nacionais tem sido evidente, embora surda. São uma barreira impossível de ignorar contra os tratados de livre comércio e as anexações camufladas ao império. Com base em seus alarmantes diagnósticos de inteligência, os poderes exercem sobre os originários pressões especiais, prioritárias, refletidas nas políticas regionais do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, na reativação da Quarta Frota do Comando Sul e na expansão contínua da Pepsico, Coca-Cola, Nestlé, Monsanto e das igrejas cristãs de matriz norte-americana, nas reformas constitucionais do bendito “ajuste estrutural” dos neoliberais, assim como nas múltiplas formas de penetração (educativa, consumista, midiática, territorial, religiosa, cultural, produtiva) e de simples depredação para desintegrar os vínculos comunitários, a própria ideia de coletividade (comunalidade, dizem em Oaxaca) na qual está o verdadeiro segredo da sobrevivência das civilizações conquistadas, saqueadas e dizimadas pela Europa há cinco séculos.

Para que servem as bem intencionadas declarações e proclamações das Nações Unidas, da UNESCO e da Organização Internacional do Trabalho, se os Estados descumprem descaradamente acordos como os de San Andrés Sacamch'en ou os de paz para a Guatemala (basta perguntar a Gerônimo); quando são fermentadas sistematicamente intolerâncias fratricidas entre famílias e povoados digamos ixil, ou tsotsil, wayuu, quechuas, triquis, guaranis. Não está sendo para que os índios consigam o que queriam em Cuzco, Oaxaca, El Alto, na comarca ngöbe buglé, no sul do rio Bio Bio ou nas margens do Xingu. Quando há mais de 20 anos os shuar e os kichwa entraram na cidade de Quito com lanças, arcos e flechas, e quando, em 12 de outubro de 1992, os maias de Chiapas derrubaram, em San Cristóbal de las Casas, a estátua do conquistador e genocida Diego de Mazariegos (que nunca mais voltou para seu pedestal), o que pareciam representações de exaltação passageira na verdade anunciava que as divisões do calendário estavam mudando de significado e de donos. As pompas da coroa espanhola e da elite continental para o Quinto Centenário, assim como suas remessas especiais para financiar vistosos eventos “culturais”, fracassaram completamente ante o nada folclórico despertar das civilizações adormecidas (ou que assim pareciam). Nada de que Descobrimto. Nada de que Encontro. Nada que festejar. Nada pôde adoçar nem limpar o crime histórico.

Apenas dois anos depois, em primeiro de janeiro de 1994, o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) levantou-se em armas contra o governo mexicano e sua estratégia de extermínio, declarando uma guerra decisiva contra o esquecimento. Seu “Já basta” obteve repercussão mundial. Enquanto isso, no Equador, e logo na Bolívia, ficava claro que sem considerar os povos originários não haveria governabilidade. Em 1996, o Congresso Nacional Indígena do México resumia: “Nunca mais um México sem nós”. O mesmo pôde ser dito nos países mencionados, e não tardaram em se revelar (rebelar) as nacionalidades e povos do Peru (onde são tão visíveis por si sós), Chile, Colômbia, Venezuela, Panamá.

Nada disso foi espontâneo. Na mudança de milênio, convergiram longos processos de amadurecimento político, intelectual e de revalorização do próprio conhecimento. O pensamento indianista de Fausto Reynaga, o marxismo indígena de José Carlos Mariátegui, a teologia católica da libertação no sudeste do México, a crise do indigenismo integrador expressa por Guillermo Bonfil, a autonomia pioneira na Costa

dos Mosquitos nicaraguense ao triunfo da revolução sandinista — cada um com suas particularidades, limitações e contradições — pronunciavam algo inédito. O que, em termos químicos, se chama precipitação. E que hoje, se prestarmos um pouquinho de atenção, podemos ver diante de nossos olhos.

A reivindicação do Bem Viver dos povos andinos, a prática do Sumak Kawsai amazônico, o mandar obedecendo zapatista, a retórica (ou não) da Pachamama e o apego à Mãe Terra se espalharam a partir de um ou outro das centenas de povos (nações, tribos) originários da América, para ir longe encontrar expressões particulares de realidades semelhantes, o mesmo em essência. E o que era uma pulverização infinita para festim de etnólogos e linguistas taxidermistas ganhou corpo próprio, distinto e consistente. Fraternal. A identificação mútua foi inevitável. Além disso, os povos e suas organizações ocuparam espaços chave do debate e das resistências em seus países.

A ofensiva das megatransnacionais e dos interesses do capitalismo global em terras americanas hoje é enorme, mas ainda podemos dizer que não nos venceram. Os invasores avançam, mas continuamos defendendo a própria terra, o milho, a quinua, os rios da Guatemala, as florestas do sul chileno, o deserto de Wirikuta, a reserva de Yasuní, a folha de coca, o mel de Campeche, a selva de Bagua Grande, a do oriente boliviano, as terras recuperadas nas montanhas de Chiapas, os ventos de Tehuantepec, as águas do rio Yaqui e todos e cada um dos idiomas deste universo de povos que finalmente quebraram os muros do silêncio e levantaram a voz.

Que os mapuches, que os zapotecas e tseltal, quichés e aimarás estejam criando novas literaturas, fundando escrituras modernas com línguas milenares que a letra apenas conhecera, é somente mais um sinal de vida deste despertar quase telúrico dos povos americanos. Como se o hip hop, o blues, o muralismo ou a cinematografia pudessem ser alheios a eles. Um despertar notável, se se tem em conta que vão contra todas as projeções econométricas: condição socioeconômica, índices de saúde, educação e etcetera, densidade demográfica, capacidade duvidosa de integração aos mercados, à produção agrícola industrial e às novas tecnologias. Ou bem são alegados seu isolamento, ou a suposta inviabilidade dos saberes ancestrais e, pior ainda, de seus idiomas, que, como nos velhos versos de Rubén Darío, estão ameaçados pelas avalanches do inglês e que, desde a chegada dos missionários, sofrem o jugo do castelhano e do português na palavra de Deus e nas leis dos governos. Ao norte, o inglês e o francês fizeram sua parte, não menos brutal.

Porém, os povos se movem. Os grandes desafios em nossos países passam felizmente pela experiência e pelas resistências indígenas que encaram e fornecem argumentos decisivos contra o extrativismo brutal, os rios desfigurados em prol da energia, as soberanias nacionais ameaçadas ou em falência, a corrupção e o racismo, a onda transgênica que cresce e aflige nossos territórios como essas manchas negras nos desenhos animados de Hayao Miyazaki.

Por regionais e circunscritos que pareçam, a autonomia zapatista em Chiapas, os autogovernos nas selvas de Sarayaku, as florestas ngöbe do noroeste panamenho e o território boreal recuperado dos inuit são processos que falam com o exemplo da esperança em ação. Em tempos de comunicação líquida e instantânea, tripulam com naturalidade as naves da Internet e das redes, onde seus pontos de vista e batalhas são conhecidos universalmente em “tempo real”. Bom, para eles todo tempo é e foi real.

Apenas neste 24 de abril, o subcomandante insurgente Moisés do EZLN perguntava: “Quem diz que não se pode?”, com uma voz que não vem do passado como queriam seus detratores no poder, mas sim do futuro.

Abril de 2014

* Hermann Bellinghausen é narrador, poeta, repórter, cronista e editor. É diretor da revista *Ojarasca*, com quase 25 anos de presença dando visibilidade às comunidades indígenas do continente. É também parte do conselho de redação da revista de bairro *Desinformémonos* e sócio-fundador do jornal *La Jornada*.

Vinte anos de lutas e de articulação camponesa indígena continental e global

Diego Montón, Deo Carrizo*

Em fevereiro deste ano fez vinte anos do primeiro Congresso da CLOC. Foi em Lima, e foi a culminação de um processo reorganizativo de vários anos. A contraofensiva neoliberal surgia no mundo e atingia com força o continente. O império tentava impor seu discurso do *fim das ideologias* e o *livre mercado* como o grande regente social e político. E fazia isto aproveitando as consequências da fase das ditaduras militares e a resultante debilidade das organizações dos trabalhadores.

A resistência se fortaleceu a partir das lutas rurais, camponesas indígenas e negras. Em diferentes cenários floresceram lutas pela Terra e contra os TLC: os zapatistas, os Sem Terra no Brasil, os indígenas equatorianos, os cocaleiros da Bolívia, entre outras lutas que puseram uma luz e esperança junto ao farol que a Cuba socialista significava.

Um primeiro passo na articulação foi a Campanha pelos 500 anos de Resistência Camponesa, Indígena, Negra e Popular, que permitiu o encontro de diferentes processos de luta e do qual surgiu a Coordenação Latino-Americana de Organizações do Campo, que reunirá organizações camponesas de toda a América Latina.

O Congresso plantou bandeira anticapitalista e anti-imperialista, expressou sua solidariedade com a Revolução Cubana e com as lutas em Chiapas. Com a necessidade da articulação continental e da centralidade da luta pela terra.

Com o avanço das lutas, a CLOC permitiu maiores análises de conjunto da conjuntura agrária e a possibilidade de um plano de ação de alcance continental. A formação e educação de caráter internacionalista permitiu multiplicar as ações, e a militância camponesa. Os cursos de formação em todas as regiões fortaleceram a articulação e as organizações nacionais.

A caminho do Segundo Congresso foi abordado o debate da participação das mulheres nos níveis de direção dos movimentos e da CLOC, concluindo que o patriarcado tocava fundo em nossas próprias lógicas e dinâmicas. Assim, foi definido que em todas as instâncias deveria ser cumprida a paridade de gênero (pelo menos 50% de mulheres) e também foi estabelecido o acordo de que antes de cada Congresso seria constituída uma Assembleia de Mulheres. Essas ações, juntamente com uma priorização nas linhas de ação, permitiram ampliar efetivamente o papel das mulheres na articulação, e, por conseguinte, um avanço qualitativo nos debates e diretrizes políticos.

Pelas próprias características globalizadoras do neoliberalismo, a CLOC e suas organizações colocaram seus esforços em uma construção global e internacionalista:

A Via Campesina. Sob o lema que depois percorrerá o Mundo — *Globalizemos a Luta, Globalizemos a Esperança* — a Via Campesina Internacional conseguiu articular a luta contra a OMC e o neoliberalismo. A Via Campesina se consolidou como uma das referências da luta global, porque, além de resistência, pôde construir propostas estratégicas como a soberania alimentar, identificando contradições centrais na disputa do capital financeiro com os povos: a defesa das sementes, a luta contra os agrotóxicos, a defesa dos mercados locais, e a luta contra as corporações transnacionais e pela distribuição e acesso à terra. Sempre em um enfoque de aliança estratégica com a classe trabalhadora.

Em 17 de abril de 1996, a polícia brasileira assassinou 19 camponeses do MST, no Massacre de Eldorado dos Carajás, mostrando qual volta a ser a resposta do capital e das oligarquias frente à organização dos camponeses e camponesas. A Via Campesina declarou então 17 de abril dia mundial da Luta Camponesa, e, a partir desse ano, todos os anos centenas de ações são realizadas durante essas jornadas de forma articulada e internacionalista.

Como resposta à luta pela terra, a criminalização e os assassinatos lamentavelmente acontecem, do México até a Argentina. Guatemala, Colômbia, Honduras e Paraguai são as situações mais graves, onde os Estados se tornam máquinas de morte.

A chegada de Hugo Chávez ao governo da Venezuela significou um novo ciclo para as lutas da América Latina; com a proposta da ALBA e Cuba como farol, foi fortalecida a luta contra a ALCA, chegando, em 2005, ao ato em Mar del Plata no qual, sob a direção de Chávez, Kirchner, Lula e Tabaré, foi posto fim às pretensões imperialistas de construir uma Área de livre comércio sob a hegemonia dos EUA. Não só morria a ALCA, mas nascia a possibilidade de voltar a sonhar com a Pátria Grande, e a chegada à presidência de Evo Morales e Rafael Correa seriam chaves para começar a construção da UNASUL e depois da CELAC. A América Latina volta à centralidade das lutas anti-imperialistas.

Nesse contexto histórico que recuperava os sonhos de Bolívar e de San Martín, e sob as crises globais financeira, alimentar e climática, o Império relançou sua contraofensiva sobre o continente. O capital financeiro tentou subordinar a terra e os bens naturais à hegemonia tecnológica da agricultura industrial, juntamente com os transgênicos e agrotóxicos, e a concentração do mercado global e a mercantilização dos alimentos e bens naturais.

É por esse cenário que, em 2009, numa reunião em Havana, foi retomada com força a articulação continental da CLOC-VC. Ali se planejou reunir as organizações do Canadá e dos EUA, e mostrar que o único horizonte possível é o socialismo, com as características de cada país: socialismo comunitário, do século XXI, etc. Foi proposto um processo de um ano de debates nas organizações e regiões.

O V Congresso da CLOC-VC realizou-se em outubro de 2010 em Quito, antecedido pela III Assembleia Continental de Jovens e pela IV Assembleia de Mulheres. Cerca de mil delegados e delegadas de mais de 80 organizações de 22 países nos reunimos para ratificar este processo de articulação das lutas camponesas na América Latina, com um horizonte socialista, de luta pela soberania alimentar e pela reforma agrária.

Vivemos no continente avanços políticos e culturais históricos. Os processos de integração potencializaram as lutas anti-imperialistas e propiciaram cenários de irmandade e construção da Pátria Grande, contudo, não conseguimos reverter a matriz econômica, a terra foi concentrada, e as corporações transnacionais avançam na mercantilização dos alimentos.

A situação torna os processos democráticos vulneráveis, os desabastecimentos e desestabilizações financeiras são assunto corrente.

É um contexto no qual adquire caráter estratégico e urgente a necessidade de fortalecer o projeto camponês e popular, de maneira a consolidar a soberania alimentar, a democracia e a paz na região. Isso só será possível com uma reforma agrária que democratize a terra no continente e permita o desenvolvimento da agricultura camponesa, juntamente com a agroecologia e a agroindústria local. Que ponha a terra e a agricultura em função do projeto latino-americano e popular.

Segundo a FAO, 2014 é o ano da Agricultura Familiar. Na Via Campesina nos juntamos ao processo a partir de nossa perspectiva, fortalecendo a identidade camponesa indígena, e as lutas e mobilizações como principais ferramentas. Não há lugar para os camponeses no âmbito da cadeia agroindustrial dominada pelas corporações.

O ano começou com o VI Congresso do MST do Brasil, colocando novos desafios sob o lema de *Lutar e construir reforma agrária Popular*.

Em abril, com a comissão política da CLOC-VC reunida em Buenos Aires, foi lançado o processo para o VI Congresso Continental, que será em 2015, na Argentina, retomando os debates em todas as organizações sobre qual é o papel da CLOC-VC no âmbito dos processos de Integração e frente à ofensiva do capital financeiro na agricultura. Reatualizando nossas propostas políticas: a soberania alimentar e a reforma agrária, e esperando poder instalar estes debates no seio da CELAC e da UNASUL, fortalecendo nossas alianças com a classe trabalhadora e com os movimentos populares. Esperando sintetizar quais são os desafios atuais para construir um horizonte socialista na América Latina e aprofundando as mobilizações, a defesa das sementes, as ocupações de terras, os processos de formação e produção de alimentos saudáveis em nossos territórios.

A comunicação popular é outra ferramenta imprescindível para disputar com os discursos dos meios de comunicação de massa que o capital domina. Ao longo destes anos foram desenvolvidas ferramentas que foram chaves para as lutas. A página Biodiversidade na América Latina e a revista *Biodiversidade, sustento e culturas* foram umas delas, que com profissionalismo e consequência conseguiram instalar debates sobre as lutas pela soberania alimentar, e contra a ofensiva das corporações. Saudamos estes 80 números convencidos de que são necessários muitos mais.

* Membros da Coordenação Nacional do MNCI e da Secretaria Operacional da CLOC-VC

O ataque às sementes é um atentado contra a própria vida

Duas décadas de ataque às sementes e se aperta o cerco

Germán Vélez (Grupo Semillas)*

As sementes têm sido o eixo fundamental do sustento, da soberania e da autonomia alimentar dos povos. Acompanham a humanidade desde a criação da agricultura, há milhares de anos. As sementes são o fruto do trabalho coletivo e acumulado de gerações de agricultores e caminharam com eles de comunidade em comunidade, se adaptando a cada ambiente e às necessidades dos povos. Expressam-se em múltiplas

formas, cores, nutrientes e sabores. Como dizem os povos andinos “*As sementes nos criaram, e nós criamos as sementes*”, são nossa herança do passado e nossa responsabilidade para o futuro. Por isso as sementes são consideradas “*Patrimônio dos Povos a Serviço da Humanidade*”.

Hoje mais que nunca as sementes estão ameaçadas pelo capital global que quer se apoderar de todos os bens comuns, dos bens públicos e dos patrimônios coletivos dos povos. Desde o início da Revolução Verde, em meados do século 20, as sementes foram adquirindo relevância em nível mundial quando se evidenciou o processo alarmante de erosão genética dos recursos fitogenéticos para a agricultura e a alimentação, o que levou ao surgimento dos sistemas de conservação *ex situ*, através dos Centros Internacionais de Pesquisa Agrícola (CGIAR), administrados pela FAO. Paralelamente, algumas empresas de sementes viram o grande potencial econômico desses recursos genéticos e desenvolveram sementes de “alta resposta” aos pacotes tecnológicos modernos, que buscavam ser protegidos pelos sistemas de propriedade intelectual. No caso das sementes, foi adotada a proteção por meio dos Direitos de Obtentores Vegetais (DOV), reconhecidos pela Convenção Internacional da União para a Proteção de Obtenções Vegetais (UPOV). A Convenção em suas versões dos anos de 1972 e 1978 foi adotada inicialmente pelos países do Norte, e depois — na década de noventa — muitos países do Sul foram obrigados a subscrever a Convenção UPOV, como foi o caso dos países andinos que, por meio da Decisão Andina 345 de 1994, incorporaram a UPOV 78 nas legislações nacionais.

O sistema UPOV acabou com a forma como tinham sido concebidos no mundo a interação dos povos com suas sementes e os direitos dos agricultores sobre as sementes, que tinham sido reconhecidos pela FAO na declaração dos “direitos do agricultor”, na década de setenta. A UPOV 78 se baseia no reconhecimento dos direitos dos fitomelhoristas de variedades “modernas”, e considerou só de forma declarativa os direitos do agricultor a produzir, guardar, trocar e vender sementes. Na década de noventa, com o desenvolvimento da biotecnologia e dos organismos transgênicos protegidos pelas patentes biológicas, aumentou a pressão em todo o mundo, principalmente sobre os países do Sul biodiversos, para que adotassem novas leis de propriedade intelectual, com maior alcance sobre a matéria viva e especialmente sobre as sementes. A convenção UPOV foi revisada, a versão UPOV 91 foi expedida, e iniciou-se a ofensiva sobre todos os países para que a subscrevessem. Entre os aspectos mais críticos dessa convenção se destacam: a proteção das obtenções vegetais é equivalente a uma patente, tem como requisitos para a proteção as características de *novidade, homogeneidade, estabilidade e distinguibilidade*, que só são possíveis de aplicar ao fitomelhoramento convencional; não reconhece os direitos dos agricultores e desconhece a possibilidade de proteção das variedades crioulas e nativas desenvolvidas pelos agricultores.

Os países do Sul desde a década de noventa não quiseram adotar a convenção UPOV 91, apesar das múltiplas pressões através da OMC e de outros acordos comerciais. Por isso, nos últimos anos, os Estados Unidos e a União Europeia vêm pressionando todos os países que assinaram tratados de livre comércio a avançar na aplicação dos sistemas de propriedade intelectual, incluindo a obrigação de subscrever a Convenção UPOV 91. Vários países da América Latina, como é o caso dos países centro-americanos, subscreveram essa convenção; também na Colômbia, por meio da lei 1518 de 2012, a UPOV 91 foi aprovada; mas a Corte Constitucional, após a pressão social, finalmente revogou essa lei. Em países como

Chile, Argentina e México, apesar da enorme pressão sobre os governos e de várias tentativas de aprovar leis de sementes que incluem a convenção UPOV 91, sua aprovação foi impedida, também pela pressão social nos âmbitos legislativos nesses países.

Atualmente, em todos os países da América Latina se aplicam normas de sementes com diferentes alcances e âmbitos de ação. Existe uma forte pressão para que muitos países adequem suas leis nacionais aos padrões internacionais, pois em vários casos têm normas pouco restritivas ou que não são aplicadas com rigor. Em muitos casos a estratégia utilizada tem sido ir introduzindo os aspectos mais fortes das leis através de modificações pontuais das normas já existentes.

As normas que estão generalizadas em nossos países se referem à proteção de direitos de obtentores vegetais, outorgam esses direitos baseadas na UPOV 78 (convenção que foi adotada pela Colômbia, Equador, Peru, Bolívia, Argentina, México e Chile, entre outros), mas, em vários casos, as leis nacionais incluem algumas diretrizes da UPOV 91. Também há em todos os países normas de certificação e registro de variedades vegetais e normas que controlam a produção, uso, manejo e comercialização de sementes, que buscam que os agricultores só utilizem sementes certificadas, selecionadas e registradas, e que, em vários casos, levam a criminalizar o uso e circulação das sementes crioulas. Adicionalmente, as leis de biossegurança na maioria dos países da América Latina permitiram às empresas biotecnológicas introduzir massivamente cultivos e alimentos transgênicos sem os devidos controles.

Todas essas leis de sementes, olhadas em conjunto, têm como objetivo tirar as sementes das mãos dos agricultores, aplicar propriedade intelectual às inovações tecnológicas, permitir o controle transnacional de todo o sistema de sementes e criminalizar o uso de sementes crioulas e nativas; ou seja, essas leis são instrumentos eficazes para controlar os sistemas nacionais de sementes; é por isso que, em alguns países onde não se conseguiu impor a UPOV 91, as empresas estão tranquilas, pois consideram que as outras leis em seu conjunto permitiram alcançar esse objetivo.

Em alguns países, as normas de controle das sementes são muito fortes, como é o caso na Colômbia, onde a Resolução 970 de 2010 do Instituto Colombiano Agropecuário, ICA, permitiu a realização de apreensões, a destruição de sementes e que agricultores fossem processados judicialmente pela violação dessa norma. Foi assim que entre 2010 e 2013 o ICA impediu que os agricultores comercializassem mais de 4 mil toneladas de sementes. Em outros países ainda não se chegou a esses procedimentos, mas em todos os casos existe pressão para que os agricultores só utilizem sementes certificadas e registradas; e, na medida em que as normas forem apertando, esses procedimentos podem se generalizar.

Hoje mais que nunca se tornou evidente em todo o mundo a ameaça que as leis de sementes representam, impedindo que os agricultores exerçam sua autonomia e soberania alimentar, e também a alarmante situação de perda da agrobiodiversidade, principalmente nos centros de origem e de diversidade da América Latina. É por isso que surgiram em nossos países numerosas iniciativas locais que buscam recuperar, multiplicar e difundir as sementes nativas e crioulas e os sistemas produtivos tradicionais. Também, por toda a América Latina, múltiplos setores sociais, rurais e locais estão articulando ações de defesa e de resistência frente a essas leis de sementes. É neste contexto que nossas lutas e ações deveriam se centrar em aspectos como:

- * Revogar todas as leis de propriedade intelectual sobre sementes e as normas que controlam e penalizam os agricultores pela produção, uso e comercialização de sementes.
- * Pressionar os governos para que exerçam controles estritos sobre a qualidade e sanidade das sementes das empresas, para que estas não afetem os sistemas agrícolas nacionais e, principalmente, a agricultura e as sementes camponesas.
- * Exercer controle sobre o monopólio e o mercado especulativo das sementes exercidos pelas empresas, de tal forma que sua disponibilidade seja garantida aos agricultores.
- * Proibir o plantio de sementes e alimentos transgênicos. Nossos países devem se declarar livres de transgênicos.
- * Fortalecer os processos de recuperação e uso das sementes crioulas e dos sistemas produtivos biodiversos, que permitem que as sementes se mantenham vivas e andando.
- * As políticas públicas governamentais devem se orientar para apoiar os agricultores na conservação, produção e circulação de sementes crioulas de boa qualidade, de acordo com as condições ambientais e socioeconômicas dos agricultores.

Se deixamos nossas sementes se perderem, perdemos nossa liberdade, dignidade e autonomia alimentar!

* Germán Vélez é fundador e coordenador do Grupo Semillas e colaborador antigo de *Biodiversidade, sustento e culturas*

Vinte anos não são nada para a expansão da propriedade intelectual sobre a vida (nem para repudiá-la)

Silvia Rodríguez Cervantes*

Efetivamente não são nada se levamos em conta que o processo que iniciou a imposição da propriedade intelectual sobre seres vivos a todos os países do mundo não parou por aí, mas segue adiante eliminando as escassas exceções e flexibilidades contidas no acordo dos Aspectos de Propriedade Intelectual Relacionados com o Comércio (ADPIC) aprovado nos primeiros anos da década de noventa. Este acordo foi o primeiro a permitir a imposição global da propriedade intelectual sobre formas de vida em suas diferentes variantes. No entanto, algumas leis nacionais já vinham sendo desenvolvidas anteriormente em alguns países industrializados, começando pelos Estados Unidos em 1932, e alguns europeus com o estabelecimento da União para a Proteção em Obtenções Vegetais (UPOV) em 1961. A preocupação desses países estava centrada em como generalizar seu conteúdo no resto do mundo, pois as leis de propriedade intelectual implicavam “territorialidade”, ou seja: cabia a cada país decidir sobre o que, o como e o quanto nesse assunto.

O texto e o contexto. Em dezembro de 1993 terminou a Rodada Uruguai, na qual foram sendo aprovados diferentes acordos de comércio internacional, entre eles o dos ADPIC. Colocados em vigência um ano depois, todos estes acordos passaram a ser administrados pela Organização Mundial do Comércio (OMC). Em janeiro de 1994, entrava em vigor a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), que também contempla em seus artigos direitos de propriedade intelectual e direitos dos povos indígenas. A estas alturas, é importante destacar que os ADPIC e o CDB são acordos de natureza vinculante, discutidos e aprovados multilateralmente, ou seja, com a participação da maior parte dos países do mundo. Por último, em setembro de 1994, foi publicada a primeira revista *Biodiversidad* (então *cultivos e culturas*).

Referimo-nos a dois processos entrelaçados no tempo: a revista surge de forma totalmente oportuna como uma plataforma de análise dos impactos de tais acordos internacionais sobre a biodiversidade, a cultura camponesa e a soberania alimentar.

Revisando os diversos exemplares de *Biodiversidad*, fica evidente que ao longo destes vinte anos os artigos foram fazendo análises mais profundas e observações mais certeiras em relação à globalização da propriedade intelectual e suas consequências. Aqui vou me referir somente à natureza arbitrária da propriedade intelectual e às estratégias de alguns governos para globalizá-la.

A natureza arbitrária da propriedade intelectual. Este caráter não foi claramente percebido no momento inicial. Nos primeiros números de *Biodiversidad*, foram publicados artigos como resposta à imposição global da propriedade intelectual. No primeiro número, apresentou-se um artigo sobre a criação dos direitos *suigeneris* para proteger o conhecimento comunitário.¹ No terceiro número, encontramos uma reflexão sobre o desenvolvimento de um “conceito indígena da propriedade intelectual”;² e, no quarto, uma análise das “alternativas aos sistemas dominantes de propriedade intelectual”.³

Os três ensaios e outros subsequentes buscavam encontrar saídas para as patentes de microrganismos e de plantas impostas pela primeira vez globalmente no artigo 27.3 b) dos ADPIC, à revisão dos impactos da União para a Proteção de Variedades de Plantas (UPOV), e à defesa do conhecimento tradicional. O problema é que as propostas não criticavam pela raiz o problema da propriedade intelectual. Em 1994-1995, não só na América Latina, mas também, atrevo-me a dizer, no resto do mundo, muito poucos conheciam o conteúdo do artigo 27.3 b), o significado dos direitos dos obtentores em contraste com o “privilégio” dos agricultores da UPOV, e menos ainda pensavam em oferecer uma resposta à situação. Assim, ainda que fossem discutíveis, esses artigos deram motivo para refletir, discutir e buscar caminhos mais esclarecedores.

Fomos entendendo que esses primeiros ensaios careciam de uma análise substancial sobre a natureza dos direitos de propriedade intelectual, que quebram e deturpam os atributos coletivos, transgeracionais e sempre perfectíveis do conhecimento — seja ele científico ou tradicional. A falta desse rigor analítico, a proposta de construir “outros direitos”, por mais coletivos e *suigeneris* que se pretendesse elaborar, estava enquadrada dentro do esquema de privatização do conhecimento.

Por outro lado, temos, por exemplo, a *Biodiversidad* número 46, de outubro de 2005, dedicada às leis de sementes. Seus textos são uma fonte incontestável de dados sobre como estas leis negam os direitos ancestrais dos agricultores de plantar, vender e

trocar sementes. Mostram que estas leis de “certificação” são complementadas pelos direitos de propriedade intelectual dos fitomelhoristas.

Sem dúvida, a resposta para a proteção das sementes das e dos agricultores deveria ser buscada fora de qualquer proposta que tivesse a ver com esse tipo de leis ou que caísse sob sua égide.

Estratégias do comércio internacional para a imposição global da propriedade intelectual. Em nossas análises iniciais, carecíamos do panorama global da imposição das leis de propriedade intelectual, outrora ditadas como prerrogativa de cada “Estadonação” e agora introduzidas e ampliadas por meio de “estratégias mutáveis e combinadas”⁴ nos diferentes tratados multilaterais, bilaterais e plurilaterais.

Assim, quando a Secretária de Comércio dos Estados Unidos e negociadora do Tratado de Livre Comércio da América do Norte, Carla Hills, visitou a Costa Rica, em 1991, foi contundente em suas declarações. Um dos pré-requisitos para que o país pretendesse ao menos começar qualquer conversação para um eventual tratado de livre comércio bilateral com os Estados Unidos seria a “modernização” de sua lei de patentes.⁵ A exigência nos pareceu absurda, mas não a relacionamos com os passos firmes que eram dados nesses mesmos anos na Rodada Uruguai rumo a uma forma diferente de imposição global das leis de propriedade intelectual, dessa vez por meio de mecanismos multilaterais de livre comércio.

Fomos relacionando fatos aparentemente isolados para integrá-los em um mapa conceitual que nos permitiu compreender melhor a dialética das “estratégias mutáveis e combinadas” de como ocorre tal imposição. Muito do que não foi conseguido em acordos multilaterais como os ADPIC e a UPOV-91 foi obtido com os tratados de livre comércio, de maneira que seu capítulo sobre propriedade intelectual é conhecido como “ADPIC-plus”. Diferentes artigos de *Biodiversidad* e de outras fontes são inspiração primária para ligar esses acontecimentos e elaborar nossas próprias conclusões.

Mas os artífices da propriedade intelectual ainda buscam mais. Agora são os tratados plurilaterais de livre comércio, cujo número de signatários é menor que nos multilaterais — e maior, é claro, que nos bilaterais — e sua entrada é facultativa, embora às vezes tenham que ser convidados e preencher certos requisitos para fazer parte deles. Há o Acordo de Associação Transpacífico (ATP), ao qual pertencem até o momento, da América Latina, o México, o Peru e o Chile. No entanto, seu capítulo sobre propriedade intelectual, conhecido graças a vazamentos do Wikileaks, vai mais além do ADPIC e do “ADPIC plus”⁶, já que ali exige dos signatários o patenteamento de plantas, animais — sejam ou não produto da biotecnologia —, métodos de diagnóstico e métodos de tratamento para seres humanos e animais⁷. Isso sem dúvida afetará todos os países do nosso continente, sejam ou não membros do acordo de ATP, se levamos em conta que todos os países estamos inscritos na OMC e em diversos tratados bilaterais de comércio. Neles, uma das regras de ouro, que se refere a não outorgar menos prerrogativas em matéria de comércio e serviços do que à “nação mais favorecida”, obrigaria todos os países a unificar a concessão de privilégios.

Por outro lado, a CDB está esperando as assinaturas necessárias para sua ratificação do Protocolo de Nagoya sobre “Acesso aos recursos genéticos e participação justa e equitativa nos benefícios que derivem de sua utilização”, acordo que, ao contrário do que seu título aponta, constitui uma ameaça para a riqueza biológica e o conhecimento tradicional. No mesmo contexto, continuam as negociações para a “proteção” do

conhecimento tradicional e do folclore no comitê intergovernamental da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI). Igualmente, continuam as discussões estéreis sobre esse mesmo tema no Conselho dos ADPIC.

O GRAIN prognosticou, em 2007⁸, que ao se completarem vinte anos do estabelecimento da ata da UPOV-91, em 2011, esta seria revisada para conceder direitos mais amplos aos fitomelhoristas. O tempo passou, e parecia que a previsão não tinha se concretizado, mas foi só uma questão de tempo. Há apenas um mês, em 17 de março deste ano, a comunidade internacional de fitomelhoristas (CIOPORA) anunciou em um jornal que estava redefinindo sua posição para modificar a ata da UPOV 91, já que seus representados necessitam de uma “maior proteção” para suas inovações de plantas reproduzidas assexuadamente.⁹ Recordemos que a “proteção” da UPOV começou com este tipo de plantas para depois se ampliar a todas elas.

Conclusões. Pouco mais de duas décadas depois da entrada em vigor da ata da UPOV-91, dos ADPIC, do CDB, e do nascimento de *Biodiversidad, sustento y culturas* [*Biodiversidade, sustento e culturas*], estamos perante uma retomada da expansão dos direitos de propriedade intelectual. Diante deles, não podemos fechar os olhos, mas, pelo contrário, continuar na luta junto com os povos e movimentos sociais, reunindo suas percepções da realidade, compartilhando nossas descobertas, analisando com eles e elas os cantos de sereia que nos são apresentados pelas corporações e governos que as apoiam, e planejando novas respostas. Ao fazê-lo, é importante não começar do zero, mas sim coletar experiências e examinar as possibilidades e limitações de experiências e propostas feitas, por exemplo, na Costa Rica (2003-2008), no México (2012-2013), na Colômbia (2012), no Chile (2014) e na Argentina (2013-2014), contras as leis de sementes e a UPOV.

Com este breve ensaio, vão os meus votos de que *Biodiversidad* continue sendo um meio indiscutível de difusão a serviço da biodiversidade, do sustento e das culturas da América Latina. Vinte anos, como diz o tango, não são nada.

15 de abril de 2014

* Silvia Rodríguez é fundadora da Rede de Coordenação em Biodiversidade da Costa Rica, ex-coordenadora do Conselho do GRAIN, colaboradora de *Biodiversidad, sustento y culturas* desde seu início e uma militante comprometida contra os tratados de Livre Comércio e contra a propriedade intelectual.

Notas:

1 Shiva, Vandana, “La necesidad de derechos suigeneris”, *Biodiversidad, Cultivos y Culturas*, núm. 1, setembro de 1994. Redes-AT, GRAIN, págs. 13-17

2 Colchester, Marcus, “¿Hacia un concepto indígena de la (PI)?”, *Biodiversidad, Cultivos y Culturas*, núm. 3, março de 1995. Redes-AT, GRAIN, págs. 8-11

3 Vélez, Germán, “Alternativas a los sistemas dominantes de (PI)”. *Biodiversidad, Cultivos y Culturas*, núm. 4, julho de 1995, Redes-AT, GRAIN, págs. 11-15

4 Rodríguez Cervantes, Silvia, *El despojo de la riqueza biológica: de patrimonio de la humanidad a recurso bajo soberanía del Estado*, Ed. Ítaca, México, DF, págs. 198-202

5 Rodríguez Cervantes, Silvia, “Regímenes de Protección Intelectual, Biodiversidad y Campesinado: algunas pistas para el debate”, 1993. *Trabalho apresentado no Seminário Centro-americano sobre a Convenção sobre a Diversidade Biológica*. Comissão Ambiental da Chancelaria Costa-riquenha/Fundação Ambio/Embaixada do Canadá. 8-10 de março de 1994, São José, Costa Rica

6 Start Trew, *Few fans of U.S. intellectual property proposals in Trans-Pacific Partnership*, 2012.

<http://rabble.ca/print/blogs/bloggers/council-canadians/2012/09/few-fans-us-intellectual-property-proposals-trans-pacific-p>

7 Araya, Jorge Luis, “Costa Rica busca ingresar a tratado comercial que se negocia con secretismo”, *Semanario Universidad*, 3 de julho de 2013.

8 GRAIN, 2007. “¿Privilegio para las empresas semilleras, represión para los agricultores? Aspiraciones de la industria semillera de cara a la próxima revisión del Convenio de la UPOV”, 2007.

<http://www.grain.org/briefings/?id=204>

9 Astruc, Maëli, “Breeders’ Group CIOPORA Redefining Its Position On IP”. *Intellectual Property Watch*, 2014.

<http://www.ip-watch.org/2014/03/17/breeders-group-ciopora-redefining-its-position-on-ip/>

A agroecologia camponesa

Nelson Álvarez Febles¹

Até meados dos anos noventa, muitos dos que trabalhávamos em organizações não governamentais em apoio aos direitos dos agricultores prevíamos uma mudança estratégica importante quanto aos atores que deveriam ser os porta-vozes daquelas reivindicações. Por meio de contatos informais entre as ONGs e homens e mulheres líderes camponeses, pequenos agricultores, povos indígenas, pescadores artesanais, agricultores urbanos, foram articuladas as bases para o que, em 1996, foi lançado em Roma, Itália, como a soberania alimentar. As organizações locais de produtores de alimentos e outros meios biológicos para o sustento consolidaram suas próprias estruturas organizacionais em nível local, nacional e internacional. Algumas das ONGs renunciaram ao protagonismo e passaram a ser aliadas estratégicas dos camponeses e suas lutas.

Naquele novo cenário, uma vez que os atores passaram a ser os próprios agricultores familiares, suas comunidades e organizações, ocorreram mudanças importantes nas prioridades, em nível ideológico e estratégico. As organizações camponesas decidiram que não era necessariamente nos foros internacionais, nas estruturas dos Estados ou em colaboração com instituições de pesquisa sob o controle das multinacionais da agroalimentação que melhor podem ser ganhas suas causas. A partir do local, trabalhou-se e se trabalha no controle do território, na (co)gestão da natureza, nos direitos das mulheres, nas decisões sobre tecnologias apropriadas, no livre uso e intercâmbio de sementes e recursos genéticos agrícolas, entre outras prioridades.

Conforme foi sendo gestado o novo protagonismo das organizações camponesas, em muitos países consolidou-se a crítica à agricultura contemporânea depredadora e de altos insumos externos. Ao mesmo tempo, foi se estendendo a prática de uma agricultura alternativa. Essa forma diferente de fazer agricultura tenta aproveitar os ciclos naturais no manejo de energia, nutrientes, água e biodiversidade. Substitui as práticas altamente contaminantes por estratégias que não são residualmente tóxicas para a natureza e o ser humano, algo muito bem recebido pelos movimentos ambientalistas emergentes. Prioriza a inserção local tanto nos aspectos produtivos quanto na distribuição e comercialização de insumos e produtos. Desta forma, florescem os movimentos de agricultura orgânica, biodinâmica, permacultura, entre outros, especialmente no chamado primeiro mundo. Como algo inovador, a agricultura orgânica chega aos países do sul principalmente como parte de programas para o desenvolvimento promovidos por setores progressistas do norte.

Com o tempo, redes vão se consolidando a partir de setores acadêmicos — universidades como a Mayor de San Simón, na Bolívia; Berkeley, nos Estados Unidos; Córdoba, na Espanha; Santa Clara, em Cuba — que se unem com ONGs que

trabalham em agricultura local no Brasil, Chile, Peru, Uruguai, Colômbia, entre muitas outras. Realizam pesquisas sobre os saberes agrícolas tradicionais, fazem adaptações locais e se articulam com as comunidades e seus movimentos. Toda essa atividade, nutrida por centenas de experiências e processada por instituições respeitadas com a diversidade, a sabedoria e as cosmovisões dos povos, consolida a agroecologia como opção estratégica, uma maneira de ver a agricultura como parte de um paradigma da complexidade.²

Muitas das práticas tradicionais da agricultura camponesa integram critérios de sustentabilidade ecológica e social que se nutrem da agroecologia, e por sua vez estão integrados nela. Alguns exemplos agronômicos são o manejo integral no tempo e no espaço da biodiversidade nas florestas, o uso diversificado e integrado das unidades produtivas para estabilizar os agroecossistemas, e estratégias na agricultura de montanha para proteger e potencializar os ciclos dos solos e da água. No social, existe uma grande diversidade de propostas comunitárias para compartilhar e coletivizar o trabalho, o uso da terra e a comercialização das colheitas.³

Além de inovações importantes no agronômico, a agroecologia considera desde suas primeiras definições que a agricultura é um fato eminentemente social, tanto no desenvolvimento tecnológico como no manejo dos recursos e na gestão de seus produtos. Assim, a mulher e o homem são colocados no centro da cultura do agro, ao mesmo tempo em que é feita uma crítica devastadora à agricultura elitista que defende uma suposta ciência imparcial de pensamento único, com frequência a serviço das grandes multinacionais.

Nos anos noventa, o MST, no Brasil, começou a promover a agroecologia em seus assentamentos, capacitando, produzindo sementes ecológicas e criando infraestruturas apropriadas. Mais recentemente, a Via Campesina incluiu a agroecologia como parte de suas estratégias, tanto por sua capacidade produtiva ambientalmente sensível quanto por resgatar as pequenas e médias unidades produtivas como unidades locais de inserção comunitária.⁴

Entendemos que a agroecologia em sua expressão camponesa é parte de um processo dinâmico de práticas e de geração de conhecimentos, capacitação e pesquisa apropriada, em união com os camponeses e pequenos produtores. Tem a capacidade de contribuir para a intensificação produtiva em ecossistemas sensíveis. Também faz uma contribuição importante para os processos de re-camponização, ali onde as culturas camponesas foram devastadas.⁵ Ao mesmo tempo, são gerados espaços de reflexão, que incluem instâncias acadêmicas e políticas solidárias, apropriados para o desenvolvimento, crescimento e consolidação das organizações agrícolas de base comunitária e local. A revista *Biodiversidade, sustento e culturas* foi e é um elo na construção dessa cadeia solidária.

Notas:

1 O autor foi um dos fundadores da revista *Biodiversidade* no ano de 1994. Trabalhou com o GRAIN de 1993 a 2002, primeiro em Barcelona e depois em Montevideu. Porto-riquenho, é especialista em agricultura ecológica e políticas públicas em agrobiodiversidade, e é docente dos cursos sobre esses temas oferecidos pela Ação pela Biodiversidade. É autor dos livros *La Tierra Viva: manual de agricultura ecológica*, *El huerto casero: manual de agricultura orgánica*, e *Los cuentos de Don Santos*. alvareznelson@hotmail.com

2 Como um espaço de colaboração entre as instituições solidárias e os movimentos camponeses, ver *Observatorio de Soberanía Alimentaria y Agroecología (OSALA)*, <http://osala-agroecologia.org/>

3 Pesquisamos sobre a relação entre o conhecimento camponês tradicional e a agroecologia no caso de Porto Rico: Nelson Álvarez Febles. 2014. “Lo jíbaro como metáfora del futuro agroecológico.” <http://www.80grados.net/lo-jibaro-como-metafora-del-futuro-agroecologico/>

4 “La agricultura campesina puede alimentar al mundo.” *Via Campesina*, Jacarta, 17 págs., 2011. <http://viacampesina.org/downloads/pdf/sp/paper6-ES-FINAL.pdf>

5 Peter Rosset e María Elena Martínez Torres. 2013. “La Via Campesina y la Agroecología.” *El Libro abierto de la Vía Campesina: celebrando 20 años de luchas y esperanza*.

<http://www.viacampesina.org/es/index.php/acciones-y-eventos-mainmenu-26/17-de-abril-dde-la-lucha-campesina-mainmenu-33/49-uncategorized/articles/1732-el-libro-abierto-de-la-via-campesina-celebrando-20-anos-de-luchas-y-esperanza>

Guerra corporativa x 20

Silvia Ribeiro

Não havia transgênicos plantados comercialmente em nenhum país. A Monsanto não estava entre as maiores sementeiras. Não existia a Organização Mundial do Comércio, nenhum país do mundo era obrigado a estabelecer leis de propriedade intelectual sobre seres vivos, nenhum país latino-americano era membro da União Internacional de Proteção de Novas Variedades Vegetais (UPOV) nem havia em todo o continente “leis Monsanto”, nem de “biossegurança”.

Tudo isso ocorria apenas em setembro de 1994, quando publicamos o primeiro número da revista *Biodiversidade*, pela necessidade de compartilhar informação, experiências, ideias, de cuidar e afirmar a diversidade das sementes e a trama que as sustenta e alimenta: a vida camponesa e as comunidades locais.

Em 1991, Larry Summers, então economista-chefe do Banco Mundial, havia anunciado a guerra propondo “incentivar a migração das indústrias sujas para os países subdesenvolvidos”, argumentando que a morte por toxicidade nesses países era mais barata, que esses países estavam subcontaminados e que, de qualquer forma, as pessoas morriam antes de atingir idade suficiente para morrer de câncer por contaminação.

As propostas de Summers causaram escândalo, mas não deixaram de ser aplicadas massivamente. A contaminação das indústrias transnacionais avançou juntamente com os programas de ajuste estrutural que as apoiaram e lhes deram impunidade, “liberalizando” o comércio e forçando a abertura desleal dos mercados nacionais. Em 1995, Renato Ruggiero, diretor geral da recém constituída OMC, declarou: “estamos escrevendo a Constituição do mundo”. A OMC incorporou toda a agricultura às regras de comércio, como mais uma mercadoria para o lucro, que não devia estar sujeita a trivialidades como satisfazer as necessidades de cada país, ser base da soberania e das culturas. Estabeleceu um capítulo sobre propriedade intelectual (ADPIC), redigido pela indústria farmacêutica — então fusionada com os agronegócios — que obrigou todos os países a adotar legislações que defendessem em todo o mundo os registros, marcas e patentes das companhias, inclusive sobre seres vivos.

De 1990 a 2000, a concentração corporativa se acentuou vertiginosamente e aumentou mais de 750%. O valor total das fusões e aquisições do planeta passou de 462 bilhões de dólares em 1990 para 3,5 trilhões no ano 2000, equivalente a 12% do produto bruto global. Esta escalada continuou em curva ascendente, porém mais lenta, até 2007, quando estourou uma tremenda crise financeira do capitalismo. O valor das fusões caiu 43% globalmente e não voltou ao pico anterior: em 2013 o valor global de fusões e aquisições foi de 2,6 trilhões de dólares. A presença das megacorporações em todos os setores-chave da economia não se reverteu: passaram a existir cada vez menos empresas, porém maiores, sobretudo na agricultura e na alimentação. Com a fome e a crise devido aos preços dos alimentos, essas empresas aumentaram suas porcentagens de lucro.

Em 2002, pela primeira vez um supermercado, o Walmart, tornou-se a maior empresa do planeta. Manteve-se entre o primeiro e o terceiro lugar global do início do século até agora, sendo, além disso, o maior empregador privado do planeta, fato que causou um retrocesso brutal nos direitos trabalhistas e baixou a média dos salários em cerca de 30%. Em 2009, o mercado agroalimentar tornou-se o maior do mundo, ultrapassando o de energia.

Há 20 anos, as dez maiores companhias de sementes tinham 30% do mercado comercial global, e a Monsanto não estava na lista. Atualmente, a Monsanto sozinha tem em torno dessa porcentagem do mercado global de sementes. Com a DuPont e a Syngenta, que também não estavam na lista, controlam hoje 53% do mercado mundial de sementes comerciais. As dez maiores, 75,3%.

Sim, já estavam entre os 10 principais fabricantes de agrotóxicos que, em 1994, controlavam 81% do mercado mundial. Hoje, os dez primeiros concentram 95% do mercado mundial.

Para dominar o mercado de sementes, chave de todas as redes alimentares, a Monsanto comprou, entre outras, as sementeiras Dekalb, Agroceres, Asgrow, Seminis, Cristiani Burkard e a divisão de sementes da Cargill América do Norte. A DuPont comprou a Pioneer-HiBred; a Novartis e a AstraZeneca se fundiram formando a Syngenta. Em 1998, uma subsidiária da Monsanto patenteou, com o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, a tecnologia “Terminator”, para fazer sementes suicidas e para que os agricultores nunca mais pudessem voltar a guardar suas próprias sementes. A resistência mundial conseguiu que as Nações Unidas estabelecessem uma moratória contra esta tecnologia imoral a partir do ano 2000.

Este assalto ao setor de sementes por parte dos fabricantes de venenos explica por que mais de 85% dos cultivos transgênicos foram manipulados para tolerar agrotóxicos, o mercado que lhes dá mais lucros. Todas as sementes transgênicas plantadas comercialmente no mundo são controladas por 6 empresas, todas originalmente fabricantes de agrotóxicos: Monsanto, DuPont, Syngenta, Dow, Bayer, Basf.

Em 1996, os Estados Unidos começaram a plantar essas sementes viciadas em veneno, seguidos pela Argentina, em 1998. As empresas contaminaram intencionalmente o sul do Brasil, com sementes contrabandeadas, estratégia que se repetiu na Bolívia, no Paraguai, no Uruguai e em outros países. Organizações camponesas, ambientalistas e de consumidores resistiram por anos à invasão transgênica no Brasil, mas a Monsanto conseguiu que o governo de Lula legalizasse a contaminação. Hoje, 80% dos transgênicos no mundo são plantados entre os Estados Unidos e esses cinco países da região.

No mesmo período, por pressão das empresas e para cumprir com a OMC, 12 países da América Latina e do Caribe se filiaram à UPOV, em sua ata de 1978, e, recentemente, três países à ata da UPOV 1991, ainda mais restritiva.

Há 30 anos, só 5% das sementes estavam registradas. As sementes no mercado procediam de pesquisa pública ou de pequenas empresas sementeiras, e nenhuma delas tinha nem 1% do mercado global. Em 1994, a proporção global de pesquisa agrícola pública era estimada em 60%, e a privada, em 40%. Hoje a privada tem um mínimo de 60%. Cerca de 90% das sementes comerciais estão restringidas sob propriedade intelectual.

Embora o impacto da guerra corporativa se manifeste em muitos níveis, a apropriação do sistema alimentar é particularmente grave. Apesar do panorama sombrio, isso só se aplica ao sistema alimentar agroindustrial, que apesar de ser o que usa e abusa da maior parte da terra, água e energia, só alimenta 30% da população mundial. A grande maioria das sementes estão fora do circuito industrial, em mãos das e dos camponeses. Mais de 70% da população do planeta se alimenta do que produzem “os pequenos”: camponesas e camponeses, indígenas, pescadores artesanais, hortas urbanas, extrativistas. Em duras condições, caminhando entre a resistência e a criação, mas, ao mesmo tempo, afirmando a comunidade, a solidariedade, a diversidade. É verdade que os transgênicos produziram uma avalanche tóxica e contaminante, mas no entanto, depois de duas décadas, 98% de seu plantio está em somente 10 países do mundo: 169 países não os permitem. E talvez o mais importante: ao contrário da Revolução Verde, que muitos acreditavam que era um “progresso”, com os transgênicos nunca conseguiram tal falácia. A grande maioria os rejeita, e nem sequer os governos que foram comprados ou convencidos acreditam que são bons.

A revista *Biodiversidade* tem sido mais uma das muitas sementinhas que, contra o vento e furacões, continuamos resistindo a essa colonização da mente.

Silvia Ribeiro é pesquisadora do Grupo ETC. É cofundadora e primeira editora de *Biodiversidad, sustento e culturas*.

Ataques, políticas, resistência, relatos

Manobras do governo equatoriano para evitar uma consulta popular sobre o Yasuní

Correa tem medo da decisão popular, que se manifesta por manter o petróleo sob a terra nas áreas protegidas.

Decio Machado/Diagonal jornalismo. Em 12 de abril passado, o Yasunidos^[1], um coletivo cuja composição social é basicamente juvenil e cujas formas de ação são muito similares às do movimento de indignados na Espanha, entregou um total de 756.623 assinaturas perante o Conselho Nacional Eleitoral (CNE) do Equador.

Essas assinaturas têm como finalidade exigir uma consulta popular sobre o futuro dos campos Ishpingo, Tiputini e Tambococha (ITT) localizados no interior do Parque

Nacional Yasuní, a área com maior biodiversidade da América Latina. O número de assinaturas apresentadas pelo Yasunidos soma quase 30% mais do que as exigidas pelo Código da Democracia, no qual é estabelecida a necessidade de obter um apoio de 5% dos eleitores, ou seja, 584.116 assinaturas, para que seja realizado um processo participativo cidadão desse tipo. Cabe destacar, a respeito, que o eleitorado equatoriano alcança o número inverosímil de 11,4 milhões de eleitores em um país de 14,5 milhões de habitantes com uma taxa de natalidade de 2,44 filhos por mulher, com o que fica evidente como está inflado, atuando como um impedimento a mais para que ocorram processos desse tipo.

A campanha de assinaturas foi mantida durante seis meses, nos quais o Yasunidos competiu com outras duas organizações que propuseram questões distintas à proposta deste grupo. Por um lado, a organização Amazônia Vive, que levantou uma questão de apoio à determinação tomada pelo presidente Rafael Correa, no último 15 de agosto, de explorar o petróleo existente no interior da zona qualificada pela UNESCO como reserva da biosfera Yasuní. Por outro, a Frente de Defesa Total da Amazônia (FDTA), que, por sua vez, levantou a questão de declarar todo o Equador livre de qualquer atividade extrativa, fosse do tipo que fosse. Até o momento, a Amazônia Vive foi capaz de apresentar apenas 400 mil assinaturas — devendo entregar o total destas em 15 de maio — e o FDTA estima, segundo seus representantes, ter apresentado em torno de 600 mil.

O sentimento generalizado em grande parte das organizações ambientalistas equatorianas é que a aparição repentina destas duas organizações no cenário político corresponde a uma estratégia estabelecida pelo governo e destinada a gerar confusão de informação na sociedade. A respeito, é importante indicar que a Amazônia Vive é uma organização composta por dirigentes e autoridades locais do correísmo, enquanto os representantes do FDTA são absolutamente desconhecidos nos meios sociais e políticos do país. Chama a atenção que inclusive a publicidade e propaganda emitidas por estas organizações foram plágios dos conteúdos e projetos gráficos desenvolvidos pelo Yasunidos em sua campanha, o que gerou confusão e desconfiança entre os cidadãos sobre quem estavam avalizando com sua assinatura.

“Nossa questão é clara, ao contrário das demais”, declaram os porta-vozes do Yasunidos, “e ela consiste em perguntar se concordam que o governo equatoriano mantenha indefinidamente o petróleo do ITT sob a terra”.

Esse questionamento corresponde a um sentimento popular expresso inclusive por pesquisadoras próximas ao oficialismo, como é o caso da Perfis de Opinião, que, em uma pesquisa recente, indica que 72,3% da população se manifesta a favor de ser consultada a respeito. Foi o próprio presidente Correa quem desafiou os movimentos sociais a coletar as assinaturas necessárias para exigir esta consulta popular. “Se querem uma consulta, tudo bem, mas não sejam vagos, juntem as assinaturas se têm tanto apoio”, sugeriu o presidente em 18 de agosto do ano passado em uma de suas habituais transmissões em cadeia televisiva.

No entanto, após o último processo eleitoral — as eleições locais de 23 de fevereiro passado — onde o correísmo, apesar de se manter com a principal força política, perdeu 21 pontos percentuais de votos, a segurança com que Correa se expressava parece ter mudado. Segundo o ex-presidente da Assembleia Constituinte do Equador, Alberto Acosta, hoje crítico com o governo, “pode-se ver, sentir, até cheirar, o medo que o Governo tem de uma consulta popular sobre esse assunto”.

Os fatos parecem dar-lhe razão, pois apenas quatro dias após a entrega das assinaturas, membros do coletivo Yasunidos documentaram — por meio de vídeo — que funcionários públicos abriram uma das caixas que continham cópias dos documentos de identificação dos seus coletores de assinaturas. Segundo os advogados deste coletivo, nenhuma dessas caixas deve ser aberta sem a presença dos envolvidos, e este fato invalida inclusive a verificação de assinaturas, pois implica a quebra da cadeia de custódia que o devido processo requer.

Documentação desaparecida. As normas legais obrigam que, em cada formulário de coleta de assinaturas, seja identificado o coletor, o qual deve, por sua vez, apresentar uma fotocópia de seu documento de identificação pessoal ao CNE a fim de que esses formulários sejam validados. Da lista de 1.400 coletores fornecida pelo Yasunidos ao CNE, agora muitos deles não aparecem, o que significaria a invalidação de aproximadamente 200 mil assinaturas coletadas, conforme denunciam porta-vozes desta organização.

Segundo Esperanza Martínez, presidenta da organização Ação Ecológica, “assistimos a uma estratégia para invalidar grande parte das assinaturas coletadas pelo Yasunidos, pois nos deparamos com a surpresa de que as identificações de vários coletores, entre os quais me incluo, desapareceram do CNE”.

Igualmente se manifesta David Suárez, membro do coletivo afetado, que explica que “as assinaturas que coletamos representam a vontade popular do nosso povo de ser consultado sobre o futuro do Yasuní; representamos uma geração de jovens que temos estado na luta para defender a natureza, os povos não contatados que ali vivem e a democracia do nosso país; agora todo o nosso esforço é posto em questão”. Estes fatos são negados pelo vice-presidente do CNE, Paul Salazar, que diz que os patrocinadores da consulta nunca apresentaram essa documentação.

Para Julio César Trujillo, um dos mais respeitados e veteranos juristas do país, “esta situação acarretou a interposição de uma apelação ao CNE para suspender o processo de verificação de assinaturas, procurando que sejam esclarecidas as irregularidades denunciadas”.

Intervenção militar. Não fazendo caso dessas apelações, o CNE continuou seu processo. Na quinta-feira 17 de abril, e após o Yasunidos ter solicitado publicamente garantias legais para o manejo das assinaturas, as Forças Armadas se apresentaram nas instalações do CNE^[2] a fim de transferir as caixas com os formulários para um recinto militar no qual foi instalado o centro de verificação de assinaturas. Efetivos da Polícia Nacional intervieram contra os jovens que protagonizavam ações de resistência pacífica para tentar impedir essa transferência. Patricio Chávez, porta-voz da organização Amazônia pela Vida, se questiona a respeito: “Não entendemos como levaram as assinaturas para serem revisadas em um centro militar vigiado pelo exército, quando esses processos têm sido realizados tradicionalmente nas instalações do próprio CNE”.

Atualmente, o processo de verificação e validação de assinaturas acontece nessas instalações militares. O acesso a elas foi proibido aos membros do Yasunidos, que carecem de inspetores próprios para a fiscalização do processo. Segundo Paul Salazar, a verificação transcorre normalmente no interior do complexo militar, e a fiscalização cidadã está garantida com membros do Conselho de Participação Cidadã e da Defensoria Pública.

De qualquer forma, o presidente do Conselho de Participação Cidadã e o titular da Defensoria Pública são personalidades que antes exerceram importantes cargos políticos durante o governo atual. Ambos estão vinculados ao oficialismo correísta, da mesma forma que estão o próprio Salazar e o presidente do CNE, Domingo Paredes, o qual, com militância na Aliança PAIS, ocupou cargo como ministro no governo de Rafael Correa. Nesse sentido, Chávez é categórico: “A fiscalização configurada pelo CNE para o processo de verificação de assinaturas que deve legitimar este processo teoricamente democrático nos exclui e não nos representa”.

Embora a resolução final da verificação de assinaturas esteja por ver, o conflito em torno da consulta popular sobre o futuro do Yasuní-ITT agrava ainda mais o já acelerado distanciamento entre as organizações sociais e o governo de Rafael Correa no Equador.

De acordo com diversos analistas acadêmicos da esquerda social equatoriana, é de se prever que esta situação será agravada pela intenção do atual governo de promover uma reforma constitucional para permitir o cultivo de transgênicos, a reeleição indefinida do atual presidente ou o futuro acordo com a União Europeia para a criação de um Tratado de Livre Comércio, eufemisticamente chamado de Acordo de Associação.

Notas:

1. Yasunidos: <http://www.yasunidos.org/>
2. as Forças Armadas se apresentaram nas instalações do CNE:
<http://www.diagonalperiodico.net/fotos/fotogalerias/22620>

Retirado de Diagonal /jornal, <http://www.diagonalperiodico.net/m/22624>
e de <http://desinformemonos.org/2014/04/maniobras-del-gobierno-ecuadoriano-para-evitar-consulta-popular-por-el-yasuni/>

Andrés Carrasco, cientista e militante: obrigado

Darío Aranda

Em uma de suas visitas à nossa Cátedra Autônoma de Comunicação Social, o cientista Andrés Carrasco contou como decidiu divulgar sua pesquisa sobre os efeitos letais do glifosato: estava no sul, pescando, sozinho, desfrutando a beleza desse cartão-postal natural, sabia que o que tinha comprovado era essencial e sentiu que o silêncio total que o rodeava era um grito imenso. “Faça algo.” Para fazê-lo, só precisava encontrar “um jornalista sério e decente”. E telefonou, de lá mesmo, para Darío Aranda. É ele quem o homenageia nestas linhas que escolheu publicar no lavaca. Dupla honra, que nos obriga e compromete ainda mais a continuar sendo dignos disso e deles.

“Sou pesquisador do Conicet e estudei o impacto do glifosato em embriões. Queria que visse o trabalho.”

Foi a primeira coisa que escutei do outro lado do telefone.

Era 2009, e ainda estava latente o conflito pela Resolução N°125. O *Página 12* tinha dado ampla cobertura às consequências do modelo agropecuário, e este jornalista tinha escrito sobre os efeitos das pulverizações com agrotóxicos.

O telefonema gerou desconfiança. Não conhecia o interlocutor. Por que estava me telefonando?

O cientista foi em frente na apresentação. “Meu nome é Andrés Carrasco, fui presidente do Conicet e sou chefe do Laboratório de Embriologia da UBA. Deixo meus dados de contato.”

Nunca tinha ouvido seu nome. Nunca tinha escrito sobre cientistas, e o Conicet me soava como um carimbo.

Telefonemas para o jornal e perguntas aos colegas. Todos confirmaram que era um cientista reconhecido, trinta anos de carreira, com descobertas muito importantes na década de 80 e trabalho constante nos anos 90, quando se enfrentou o menemismo.

Tomei nota.

Sua pesquisa foi a capa do jornal, (abril de 2009). A notícia: o glifosato, o produto químico base do modelo sojeiro, era devastador em embriões anfíbios. Nada voltou a ser igual. Organizações sociais, camponeses, famílias pulverizadas e ativistas tomaram o trabalho e Carrasco como uma prova do que viviam no território.

“Não descobri nada novo. Digo o mesmo que as famílias que são pulverizadas, só que confirmei isso em um laboratório”, ele costumava dizer. E começou a ser convidado para quantos encontros houvesse. De universidades e congressos científicos até encontros de assembleias socioambientais e escolas pulverizadas. Tentava ir a toda parte, diminuindo o tempo no laboratório e com sua família.

Também ganhou muitos inimigos. Os primeiros que o enfrentaram: as empresas de agrotóxicos. Advogados da Casafe (reúne as grandes corporações do agro) chegaram a seu laboratório na Faculdade de Medicina e o agrediram. Começou a receber telefonemas anônimos com ameaças. E também foi desacreditado pelo ministro da Ciência, Lino Barañao. Ele fez isso nada menos do que no programa de Héctor Huergo, chefe do *Clarín Rural* e lobista das empresas.

Barañao desacreditou o trabalho e defendeu o glifosato (e o modelo agropecuário). E não parou de fazê-lo enquanto havia microfone por perto. Inclusive questionou o trabalho de Carrasco em encontros da Aapresid (empresários do agro) e, sobretudo, no Conicet.

Carrasco não se calava: “Acreditam que podem sujar facilmente trinta anos de carreira. São hipócritas, capachos das corporações, mas têm medo. Sabem que não podem tapar o sol com a mão. Existem provas científicas e, sobretudo, existem centenas de povoados que são a prova viva da emergência sanitária.

Os jornais *Clarín* e *La Nación* lançaram uma campanha contra ele. Não podiam permitir que um cientista reconhecido questionasse o agronegócio. Chegaram a dizer que a pesquisa não existia e que era uma operação do governo para proibir o glifosato, uma represália pela frustrada 125. Carrasco se irritava. “Se existe alguém que não quer tocar no modelo sojeiro, é o governo”, resumiu diante de um café no microcentro portenho. Mas Carrasco era funcionário do governo: Secretário de Ciência no Ministério de Defesa. Pediram-lhe que baixasse o tom das críticas ao glifosato e ao modelo agropecuário. Não o fez. Renunciou.

<http://www.lavaca.org/notas/andres-carrasco-cientifico-y-militante-gracias/>

Perseguição a Sofía Gatica

Ecós Córdoba, 28 de abril, 2014 Melina Dassano (cobertura), **Debora Padilla** (edição), **Javitoenred** (áudio), **Leandro Ross** (edição de texto). Passaram-se cinco meses desde as ameaças e surras sofridas por Sofía Gatica, no final do ano passado. E agora, lhe pediram que se afastasse do famoso prédio da Monsanto, porque sua vida estava em perigo. Tanto é assim que bateram nela e, apontando uma arma, a intimidaram para que se retirasse da luta contra a Monsanto.

Apesar das ameaças frequentes, Sofía insistiu em sua relevância: “Vou deixar a vida se for necessário, mas a Monsanto não vai se instalar”. O grave dos fatos é que faz um mês que foi abordada pelas mesmas pessoas, nos mesmos lugares, mas para adverti-la de que se afastasse da luta e do acampamento, que já dura sete meses nas portas do prédio onde a Monsanto pretende se instalar.

Finalmente, Sofía decidiu se afastar do acampamento e fechar sua conta de Facebook, após ameaças enviadas pela rede social e escritas em papel. “Neste momento, minha família é mais importante”, declarava de forma angustiada e cansada das perseguições que sofre em sua luta de mais de dez anos e na qual deixou parte de sua vida.

Durante uma conferência de imprensa, realizada na sede do sindicato do Cispre, a mensagem mais importante foi dirigida aos governos e à empresa Monsanto, na qual, além de pedir a eles que a deixassem em paz, solicitou uma audiência com o governador José Manuel De la Sota, o intendente de Malvinas Argentinas, Daniel Arzani, e também com representantes da companhia.

Assim, Sofía deixou firme que não quer que matem seus filhos. “Sabemos que a Monsanto está por trás de tudo isso, por isso pedimos uma audiência quando o governador voltar dos Estados Unidos”, afirma.

Apoiada pelas organizações sociais e por seus representantes legais, comovida por sua família, decidiu fazer a segunda denúncia, com a qual, mais uma vez, teme pela saúde de seus filhos. Os agressores ainda não foram detidos, apesar de portarem armas em via pública.

Este fato não é isolado. Soma-se a outras intimidações anteriores. Tanto é assim que, no mês de novembro de 2013, um homem de estatura robusta a acompanhou com uma arma para avisá-la de que sua vida estava em perigo; tratava-se do mesmo que hoje põe em perigo a vida de seu filho. Inclusive, durante a repressão, em setembro do ano passado, no acampamento contra a fábrica da Monsanto, a própria polícia de Córdoba agrediu a referida até lhe causar um traumatismo craniano, no momento em que impediu o acesso de caminhões com material para a construção no prédio. Obras que a *Cámara en lo Laboral* [Câmara do Trabalho] reconheceu como ilegais.

O aumento do conflito contra a Monsanto é rejeitado por quase 70% da população cordobesa. As organizações e membros da assembleia não tiveram receio de denunciar os negócios que os governos municipais, provinciais e nacionais promovem em torno de favorecer amigos e capitalistas afins.

Com a participação da Assembleia Malvinas Luta pela Vida, Lucas Vaca deixou claro: “Os violentos e corruptos não somos nós”.

Claudio Oroz, advogado da H.I.J.O.S., presente na conferência de imprensa, considera “genuflexa” a justiça de Córdoba, sobretudo “quando há um rosto moreno por trás”.

“Infelizmente, as denúncias caíram na promotoria de instrução de Emilio Drazile de Alta Gracia”, declarou o doutor Medardo Ávila Vásquez. Trata-se do mesmo promotor que encerrou a causa da morte do policial Juan Alos, considerada pela promotoria como suicídio, quando sua família garante que foi um assassinato, fruto do escândalo dos “narcopoliciais”.

Por esse motivo, exigem da justiça uma investigação imediata para esclarecer o fato, como também uma reunião urgente com o governador de Córdoba, em plena campanha na província para obter a “paz social”.

<http://ecoscordoba.com.ar/graves-amenazas-de-muerte-hacia-sofia-gatica-senalan-a-monsanto/>

Declaração sobre a Biodiversidade para o Sustento

Devemos parar já a destruição das bases da nossa subsistência!

Nós, camponesas e camponeses, pescadoras e pescadores artesanais, pastoras e pastores, extrativistas, indígenas, mulheres, jovens e organizações da sociedade civil da América Latina e do Caribe, denunciemos a apropriação de nossos sistemas alimentares e de subsistência por um sistema corporativo que, com a cumplicidade de governos e organismos internacionais, busca converter os alimentos em mercadorias e especular para obter lucros consideráveis.

Os sistemas industriais de produção agrícola, pecuária, pesqueira e de aquicultura intensiva, junto com os megaprojetos extrativos, de infraestrutura, turísticos, e as políticas de exploração, estão levando a humanidade a um beco sem saída caracterizado pela destruição dos ecossistemas naturais e pela depredação dos recursos, dos saberes tradicionais, da forma de vida camponesa, pesqueira e da biodiversidade.

Exigimos uma ação urgente dos governos e organismos internacionais, que vá além de declarações mornas e aborde os problemas de fundo e as causas centrais. Requeremos que as comunidades tomem em suas mãos a defesa irrestrita de seus sistemas de produção autônoma e soberana.

É uma guerra contra os povos – que desde o começo dos tempos subsistiram e alimentaram a humanidade – para se apropriar de seus territórios, suas sementes, seus saberes e sua biodiversidade, com consequências nefastas.

Nos séculos XX e XXI ocorreu a maior destruição da biodiversidade agrícola construída em 12 mil anos, com uma perda de 75%. A agricultura industrial é a principal responsável, de acordo com números da FAO. Desde os primórdios da agricultura, foram cultivadas ou colhidas mais de 7.000 espécies de plantas para obter alimentos, muitas delas, com milhares de variedades, recriadas no diálogo dos seres humanos com a natureza.

Hoje, somente 30 cultivos proporcionam 95% dos alimentos do ser humano, e apenas 4 – arroz, trigo, milho e batatas – fornecem mais de 60%.

A pecuária camponesa e familiar contribuiu com cerca de 4.500 raças a partir de 40 ou mais espécies animais desenvolvidas nos últimos 12 mil anos. Seis raças de animais desaparecem por mês. Estas raças representam o conjunto remanescente de diversidade genética animal, que deveria suprir as futuras demandas de alimentos. Informações recentes sugerem que 30% das raças do mundo estão em perigo de extinção. A principal causa é o avanço brutal de sistemas de produção industrial baseados em apenas três espécies (vacas, porcos, galinhas), que ocupam territórios, contaminam o ambiente, geram novas doenças, ameaçam as raças crioulas e os seres humanos.

A imensa diversidade aquática em mares e rios é o principal sustento para a pesca artesanal. Por milhares de anos, produziu alimentos para os povos de maneira sustentável, e está seriamente ameaçada pelo avanço de sistemas industriais de pesca que arrasam a diversidade hidrobiológica. Mais de 50% das populações marinhas mundiais estão completamente exploradas; 17%, sobre-exploradas; e 8%, esgotadas devido ao uso abusivo. A produção das pescarias em águas continentais se vê frequentemente afetada pela pesca indiscriminada da frota industrial de arrasto que destrói os fundos marinhos e a biomassa. O mais grave é a destruição de ecossistemas, a contaminação ambiental da aquicultura intensiva e a modificação das bacias fluviais, que afetam a capacidade da produção pesqueira e a biodiversidade.

As florestas, rios, mares, mangues, selvas, bosques, pradarias e outros ecossistemas naturais – sustento de milhares de comunidades pesqueiras e povos indígenas, extrativistas e camponeses do mundo – sofrem um ataque severo pelo avanço do modelo. A cada ano se perdem 13 milhões de hectares de florestas, sobretudo por sua conversão para outros usos da terra.

Toda essa destruição está profundamente vinculada e relacionada com um sistema produtivo caracterizado por:

- * Mercantilizar os bens naturais, expandir os monocultivos, utilizar sementes híbridas e transgênicas e aplicar os agrotóxicos relacionados.

- * Uma concentração corporativa sem precedentes que faz com que hoje a maior parte dos diferentes nichos de mercado esteja controlada por um punhado de corporações.

- * Utilizar tecnologias perigosas – como agrotóxicos, sementes transgênicas e agricultura de precisão – que buscam o controle corporativo do sistema agroalimentar. A isso se soma o perigo de novas tecnologias como as sementes Terminator, os novos cultivos transgênicos resistentes a herbicidas altamente perigosos, a biologia sintética e outras.

- * Fomentar os direitos de propriedade intelectual sobre a vida (patentes, direitos de obtentor e outros) e normas que obrigam a registrar e certificar sementes e a produção agroecológica como mecanismos para monopolizar a agricultura, as sementes e a vida em geral. O desenvolvimento de leis de sementes a partir da UPOV 91 adquire uma virulência inusitada em todo o Continente.

- * Impor mecanismos de mercado como a Economia Verde, a partir das esferas internacionais e nacionais, que propagandeam falsas soluções para a crise alimentar.

- * Homogeneizar a produção como paradigma produtivo, social e cultural. Esta homogeneização privilegia o consumo de bens materiais uniformes em nível global e

provoca uma profunda destruição da diversidade de culturas que a humanidade desenvolveu por milhares de anos.

- * Contaminar por meio de sistemas produtivos agroindustriais e industriais que não assumem nenhuma responsabilidade pelos impactos que provocam.

- * Deslocalizar os sistemas produtivos e das comunidades como mecanismo para o controle empresarial.

- * Monopolizar saberes, territórios e culturas para sua mercantilização e comercialização.

- * Deslocar milhões de pessoas no mundo todo para as grandes cidades, para transformá-las em meros consumidores passivos e sem raízes.

- * Acumular por espoliação para ocupar, por qualquer meio, os territórios dos povos e comunidades pesqueiras e transformá-los em espaços de saqueio.

- * A especulação financeira como mecanismo para colocar todos os bens no mercado e maximizar os lucros corporativos.

- * Utilizar as crises climática, energética, de biodiversidade, alimentícia e ambiental para promover novos negócios e novos mecanismos de espoliação.

- * Desvalorizar e invisibilizar os modos de produção dos saberes em nível das comunidades.

Nós dizemos BASTA! e exigimos que se ponha um fim neste processo de extermínio da natureza e dos nossos sistemas de vida. Exigimos incorporar aos diagnósticos técnicos uma análise política que dê nome e sobrenome dos responsáveis por este crime, e que sejam estabelecidos os passos para julgar os responsáveis, parar sua ação e restabelecer sistemas produtivos sustentáveis, em mãos das comunidades.

No mínimo, um plano de ação para a diversidade e o sustento deveria:

- * Desmantelar o poder corporativo que sustenta os sistemas produtivos industriais de produção de alimentos, que destroem nossos sistemas de vida, como única possibilidade de sobrevivência da humanidade.

- * Eliminar completamente todos os mecanismos de direitos de propriedade intelectual e as leis de sementes “Monsanto” que são promovidos em quase todos os países da região – para se apropriar da vida e dos saberes dos povos, e para liquidar a agricultura camponesa, a pesca artesanal, e expandir a agricultura, a pesca e a aquicultura industriais.

- * Promover a proibição de todos os desenvolvimentos tecnológicos, exploração sísmica e exploração de hidrocarbonetos e mineira que implicam o desaparecimento das espécies mais sensíveis e ameaçam os sistemas naturais, agrícolas e hidrobiológicos e a produção soberana de alimentos.

- * Declarar a América Latina um Território Livre de Transgênicos. Evitar a entrada de espécies exóticas em nosso mares e águas interiores, restaurar integralmente os ecossistemas já afetados por essas tecnologias, identificar os responsáveis por sua adoção e tomar as medidas necessárias para concretizar esta decisão.

- * Proibir e retirar do mercado os agrotóxicos, começando pelos pesticidas extremamente perigosos, para caminhar em direção a uma transição ecológica.

- * Desmantelar todos os mecanismos de especulação financeira com os alimentos, em aplicação do Direito Humano à Alimentação como um Direito Humano Básico, que não pode estar sujeito a mecanismos de mercado.

* Estabelecer políticas públicas baseadas na soberania alimentar a partir da participação das comunidades locais e do respeito à diversidade cultural, social e ecológica.

* Realizar uma profunda Reforma Agrária Integral e Popular que devolva a terra àqueles que produzem alimentos, e reconhecer o direito de acesso aos recursos como um direito humano fundamental.

* Reconhecer o direito dos povos de pescadores artesanais e extrativistas aos territórios hidrobiológicos, sua cultura e à diversidade como base para a continuidade de seu sustento e comercialização.

* Implementar políticas públicas de apoio à produção agroecológica incluindo o estabelecimento e fortalecimento dos mercados locais.

* Defender as sementes como Patrimônio dos Povos a Serviço da Humanidade e toda a diversidade animal e aquática como base fundamental do sustento de nossas futuras gerações.

As organizações aqui presentes nos comprometemos a continuar produzindo alimentos para a humanidade como fizemos desde os primórdios da história e como continuamos fazendo hoje, quando, com apenas 24% das terras, produzimos 70% dos alimentos que alimentam toda a humanidade.

Aliança pela Soberania Alimentar dos Povos da América Latina e Caribe,
4 de maio de 2014

Declaração da CLOC-VC-Chile frente à retirada do projeto lei de obtentores do legislativo

As organizações da CLOC-Via Campesina-Chile celebramos a decisão do governo da presidenta Bachelet de retirar do processo legislativo o Projeto de Lei de Proteção de Direitos de Obtentores Vegetais, projeto que buscava implementar a UPOV 91 no Chile e que ficou conhecido como Lei Monsanto.

Este é um grande triunfo, obtido através das muitas ações, reuniões, fóruns, entrevistas e iniciativas amplas e mobilizadoras das organizações da CLOC-VC-Chile e dos movimentos sociais, que permitiram uma ampla compreensão por parte dos cidadãos, mediante o desenvolvimento de argumentos sólidos e um trabalho de difusão massiva que incluiu centenas de comunidades camponesas e indígenas, assim como uma discussão séria e metódica com um grande número de Senadores.

Na CLOC-VC-Chile nos orgulhamos de ter participado, de forma permanente e sem hesitação, deste processo de resistência social, de ter impulsionado processos de convergência e mobilização apesar das incompreensões e dos apoios prestados ao projeto de lei por outras organizações camponesas, com as quais nos vimos confrontadas e confrontados. Agrada-nos ter contribuído para desarmar o conjunto de mitos que eram difundidos a partir das estruturas de lobistas das empresas e ter sido capazes de romper o cerco comunicacional e nos fazer escutar, mesmo quando nossa voz foi inicialmente bloqueada ou sabotada nos debates parlamentares e no Tribunal Constitucional enquanto o empresariado era amplamente escutado. Sentimo-nos estimuladas e estimulados por nossas análises e proposta terem contribuído para as

lutas, contra a UPOV 91 e contra as leis de sementes, de nossos irmãos da CLOC e da Via Campesina nos países que enfrentam esta ofensiva do capital.

Como já dissemos: se tivesse sido aprovada, a lei teria transformado em delito práticas camponesas e indígenas milenares – como é o selecionar, cuidar, guardar e trocar as sementes – teria permitido que as empresas se apropriassem das sementes camponesas, e teria permitido punições como a destruição de cultivos e o confisco de colheitas.

Devemos ter presente que o perigo da UPOV 91 não terminou. O governo se comprometeu a desenvolver um novo projeto de lei escutando os diferentes setores envolvidos e afetados. Não temos dúvida de que as empresas farão campanhas milionárias de lobby e de desinformação, inclusive de cooptação de organizações, através das quais esperam continuar difundindo seus mitos, ameaças e mentiras.

Temos que nos manter alertas e manter com mais força ainda nossa campanha de informação, continuar as conversações sérias e fundamentadas com as organizações, os parlamentares e os cidadãos, desenvolvendo nossos argumentos de maneira ainda mais clara. Sabemos que a verdade e a justiça estão do nosso lado. Esperamos e lutaremos para que a participação das organizações camponesas e de povos indígenas na discussão de uma nova lei seja efetiva e suficientemente ampla e representativa, e que conte com as garantias necessárias de que seremos ouvidos.

São vários as e os senadores aos quais agradecemos por sua disposição para escutar e estudar nossos argumentos, assim como por sua honradez ao expressar suas ideias e estabelecer compromissos. Agradecemos especialmente à ex-senadora Ximena Rincón, por nos escutar e nos apoiar desde o princípio.

Triunfamos porque fizemos um enorme trabalho coletivo e socializamos massivamente a nossa posição. Neste processo, agradecemos e valorizamos o compromisso, as contribuições e esforços do GRAIN para colocar à disposição sua elaboração e análise, participando ativa e permanentemente da discussão, dos debates e da elaboração coletiva de posições.

Fazemos um chamado a todas as organizações sociais e especialmente às organizações do campo para que se informem e se envolvam nos processos que vão se desenvolver a partir de agora. O direito camponês e indígena milenar de cuidar, conservar e trocar sementes é base da soberania alimentar dos povos e deve ser defendido por todos.

As sementes são um patrimônio de nossos povos indígenas e camponeses, de suas mulheres – principais guardadoras – e são nossos povos quem, generosa e comprometidamente, as colocamos a serviço da humanidade!

Pela soberania alimentar e popular, não à privatização das sementes, não à UPOV 91!

As sementes camponesas e indígenas são garantia da soberania alimentar para os povos!

**ANAMURI, CONAPROCH, CONFEDERAÇÃO RANQUIL, ANMI
(CLOC-VC-Chile)**

Santiago, 18 de março, 2014

Parem a perseguição ao povo de Sarayaku!

ADITAL, Sarayaku, Equador, 30 de abril. Desde o último dia 25, o povo Sarayaku do Equador está em estado de alerta em virtude das incursões militares ocorridas em seu território. Segundo denuncia a Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador (Conaie), a região, onde vivem cerca de 2.500 pessoas, está sendo vigiada constantemente por via aérea. Diante disso, os Sarayaku pedem apoio às organizações indígenas, sociais e internacionais para evitar violações de seu território comunitário por parte das forças armadas.

A denúncia realizada pelo Tayak Apu (presidente dos Sarayaku), José Gualinga, informa que, no final da tarde do último dia 25, dois helicópteros aterrizaram na desembocadura do rio Sarayakillo, e, à noite, outra aeronave sobrevoou o território, causando pânico generalizado entre os habitantes, sobretudo nas crianças.

A vigilância militar começou um dia depois de o povo Sarayaku inaugurar seu Congresso ordinário com as comunidades de base, para a construção da agenda de luta dos próximos anos. Uma das decisões já estabelecidas foi de amparar o deputado do Pachakutik Cléver Jiménez, o jornalista Fernando Villavicencio e o ativista Carlos Figueroa, sentenciados a 18 meses de prisão por acusação de injúria ao presidente Rafael Correa. Os três foram condenados por apontar Correa como o autor intelectual da incursão armada no Hospital da Polícia, em 30 de setembro de 2010. Os indígenas acreditam que a condenação foi ilegítima. A Conaie afirma que, supostamente, esse é o motivo da perseguição.

A Confederação de Nacionalidades Indígenas se manifesta assegurando que não vai aceitar as incursões militares e fez um pedido à ministra da Defesa e ao ministro do Interior para que não provoquem os povos e nacionalidades indígenas do Equador, para que respeitem o direito do povo Sarayaku e para que não interfiram no pleno desenvolvimento do Congresso e na paz das comunidades.

Para evitar a entrada dos militares equatorianos, os indígenas estão organizados em brigadas de segurança, a fim de vigiar os arredores do território. Nas redes sociais, os Sarayaku disseram estar em “alerta vermelho” devido à presença militar não desejada.

“Como povo, ratificamos a decisão tomada no Congresso Sagrado VII Sarayaku. Qualquer coisa que ocorra em Sarayaku será responsabilidade do Presidente da República e de seu governo. A partir de agora, Sarayaku está declarando um estado de alerta máximo, e exigimos respeito por nossas decisões soberanas”, declarou o Tayak Apu José Gualinga.

A ação militar ocorre quase dois anos depois de a Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) ter condenado o Estado equatoriano por ter posto em risco a vida e a integridade do povo Sarayaku, violar o direito à consulta, à propriedade indígena e à identidade intercultural do povo. Até o momento, o Equador não cumpriu ainda as determinações da CIDH de desativar os explosivos da zona e realizar uma consulta prévia antes de executar novos projetos.

Tradução: Daniel Barrantes, barrantes.daniel@gmail.com

Vinte anos de Biodiversidade

Recorrer 20 años de nuestra Biodiversidad, sustento y culturas no es un camino sencillo. En el viaje nos reencontramos con quienes iniciaron este camino —incluso desde mucho antes que naciera la revista—, con quienes ya no están con nosotros físicamente (como la querida Carmen Améndola); con los caminos que iluminó a partir del pensamiento y la lucha de tantas compañeras y compañeros de camino; con aquellas deudas que nos quedaron pendientes; pero sobre todo con el convencimiento de que la semilla sembrada en 1994 ha germinado vital y seguirá creciendo de la mano de millones que hoy encarnan en sus territorios aquellos valores y sueños. Este vistazo recorre arbitrariamente estas dos décadas deteniéndose en el 2010, por razones de cercanía en el tiempo y de espacio, con el convencimiento que han sido años de construcción colectiva de las ideas que hoy son herramientas de lucha y entendimiento. Ofrecemos un vistazo a esa construcción paulatina y cariñosa entre todas y todos los que hemos sido.

As novas biotecnologias abrem outra etapa. Prometem um melhoramento das condições da agricultura, com a criação de uma nova geração de sementes milagrosas. No entanto, os maiores investimentos em pesquisa neste campo estão sendo feitos na criação de plantas resistentes aos herbicidas, não às doenças. O acesso aos recursos genéticos está sendo monopolizado por umas poucas empresas multinacionais, a partir da criação de patentes para sementes geneticamente modificadas e para as tecnologias associadas.

Os verdadeiros protagonistas no melhoramento de sementes e no descobrimento de suas propriedades são agricultores em pequena escala e nações indígenas do Terceiro Mundo. Estes não viram nenhum benefício, e além do mais sofrem a ameaça de não poder continuar acessando os recursos genéticos originários em suas próprias regiões. *“A biotecnologia e a agricultura na perspectiva mundial”* Biodiversidad n.º 1, setembro de 1994.

Em muitos países, a sociedade civil, através de ONGs, grupos de agricultores familiares e organizações de direitos humanos, começa a se dar conta de que, com os acordos de propriedade intelectual relacionada ao comércio do GATT, a UPOV e a pressão das multinacionais, esconde-se outra estratégia que não está declarada na “embalagem”: privatizar a vida, desde microrganismos, plantas e animais até componentes humanos. Editorial, Biodiversidad n.º 3, março de 1995.

A nova biotecnologia baseada na engenharia genética parte do pressuposto de que toda característica específica de um organismo encontra-se codificada em um ou em alguns poucos genes específicos estáveis, de modo que a transferência dos mesmos resultaria na transferência de um caráter particular. Essa forma extrema de reducionismo genético já foi rejeitada pela maior parte dos biólogos e por muitos outros membros da comunidade intelectual, por não levar em conta as complexas interações entre os genes e seus ambientes celular, extracelular e externo, envolvidas no

desenvolvimento de todos os traços de um indivíduo. “*Cientistas preocupados com as tendências atuais*”, Biodiversidad n.º 4, julho de 1995.

Os sistemas agrícolas baseados na diversidade biológica sempre demonstraram ser valiosos para as comunidades que os criaram. Mas os defensores desses sistemas têm dificuldades em convencer a rede de pesquisa agrícola oficial e os promotores do sistema agroindustrial de produção de que tais métodos de cultivo são mais eficazes do que a agricultura industrial, principalmente no que diz respeito à segurança alimentar local. No entanto, nos últimos anos, foram documentadas muitas experiências que falam a favor da agricultura biodiversa. Nesses estudos é demonstrado que este sistema pode competir com a agricultura oficial no que se refere à produtividade, e que oferece outras grandes vantagens: a sustentabilidade e a redução dos riscos.

O modelo de transferência tecnológica da pesquisa agrícola é típico tanto dos sistemas de pesquisa em nível nacional como internacional. No modelo de transferência tecnológica, todas as decisões-chaves em matéria de pesquisa são tomadas por cientistas, que realizam seus experimentos em estações de pesquisa ou em campos experimentais sob condições controladas e simplificadas. A tecnologia agrícola resultante, sejam variedades resistentes a enfermidades ou recomendações de adubação, é então encaminhada para os serviços de extensão para ser transferida aos agricultores.

A agricultura industrial e da Revolução Verde foi bem servida por esse modelo de pesquisa agrícola. A pesquisa reducionista, os pacotes de altos insumos e a extensão verticalista foram bem sucedidos: sob as condições uniformes e bem controladas dessas agriculturas, aumentaram a produção por unidade de superfície. As tendências simplificadoras da ciência reducionista são bem compatíveis com a simplicidade ecológica e social dos sistemas agrícolas padronizados e especializados. “*A necessidade de outro paradigma de pesquisa*”, Biodiversidad n.º 6, dezembro de 1995.

A produção de alimentos de maneiras que destroem o meio ambiente, e seus sistemas de processamento, veem seus preços reduzidos artificialmente por meio de subsídios ocultos. A circulação da informação entre o consumidor e o produtor é eliminada, e, para o campo, não há retorno nem de benefícios ecológicos nem de renda.

Estes sistemas que não assumem responsabilidades nem prestam contas a ninguém criaram um novo totalitarismo. Para a segurança ecológica e alimentar, deve-se fortalecer a soberania nacional com base na soberania dos povos. No contexto da globalização, a sociedade civil tem direito a um papel claro e específico na tomada internacional de decisões, para proteger os interesses dos agricultores, dos povos indígenas e dos consumidores. “*Rumo a um plano de ação dos povos*”, Biodiversidad n.º 8, julho de 1996.

Nossa geração é a primeira que perdeu mais conhecimento do que adquiriu. Quase a metade da diversidade cultural e biológica do planeta corre o risco de desaparecer dentro de nosso período de vida.

Nosso grande desafio é reverter essas tendências. Devemos escolher entre a destruição de incontáveis formas de vida neste planeta, das quais depende a vida humana, ou revitalizar a vida em todas as suas formas, tanto culturais quanto naturais.

Reafirmamos os direitos e responsabilidades de todos os povos e os deveres de todos os governos de atuar em defesa da diversidade. Preocupa-nos o fato de que a Convenção sobre a Diversidade Biológica corre o risco de ser utilizada como um instrumento para erodir ainda mais a diversidade e os direitos dos povos, convertendo os recursos genéticos em produtos comercializáveis, usurpados e monopolizados pelas transnacionais. “Carta aberta aos povos e aos governos: em defesa de nossos direitos”, Biodiversidad n.º 9/10, dezembro de 1996.

A Monsanto continua em seu afã de controlar nichos de mercado transgênico e olha de soslaio para a concorrência. Em um dramático turbilhão de compras nos últimos dois anos, a Monsanto comprou uma quantidade espantosa de ações de empresas sementeiras e biotecnológicas. As compras são impressionantes: pelo custo consolidado, pela participação no mercado que dão a uma única empresa química e pelas sinergias que a Monsanto colherá agora entre sementes e agrotóxicos. A Monsanto nunca se destacou pela venda de sementes, mas, através da biotecnologia, tal como as ONGs prognosticaram, a empresa pode programar geneticamente sementes que necessitem de produtos químicos patenteados. Comprar empresas fabricantes de sementes para oferecer o pacote tecnológico completo (genes + tóxicos) torna-se algo lógico. E a Monsanto está levando essa lógica até as últimas consequências.

Absorvendo os principais provedores de germoplasma, tecnologia e sementes, a Monsanto estará em condições de competir com os líderes do mercado, como a Pioneer Hi-Bred, a empresa comercializadora de sementes que ocupa o primeiro lugar do mundo. A Pioneer domina a metade do mercado de sementes de milho dos Estados Unidos e tem um desempenho notável no que se refere à soja. Muito bem situada no mercado, dona de patentes fundamentais e com os instrumentos jurídicos para controlar ao máximo os agricultores, a Monsanto está bem encaminhada para colher os lucros mais substanciais da aplicação da biotecnologia na agricultura.

À medida que seus produtos, seus instrumentos jurídicos e seus métodos vão chegando aos países do terceiro mundo, em pouco tempo a Monsanto poderia controlar uma parte significativa da agricultura mundial. “*A soja transgênica da Monsanto sobre a mesa*”, Biodiversidad n.º 12/13, setembro de 1997.

O brejo em que nos metemos em relação à biopirataria surge de que o problema base não é a biopirataria, o problema de fundo é a apropriação e monopolização da vida e do conhecimento. Contratos com altas porcentagens de *royalties* para quem tenha entregado recursos poderiam ser obtidos, mas isso não impedirá o surgimento de conflitos graves entre comunidades rurais, inclusive através das fronteiras nacionais, nem impedirá que se atente mortalmente contra as culturas locais ao impor a confidencialidade. O conhecimento que não é compartilhado nem se nutre de outros conhecimentos compartilhados não cresce nem evolui, e finalmente morre. O recurso que não é conhecido, apropriado e explorado por uma comunidade perde seu valor e, sob as condições de pressão territorial que hoje enfrentam, costuma passar para condições de fragilidade e perigo. Portanto, os contratos não só serão incapazes de superar a biopirataria, mas também institucionalizarão a destruição das próprias culturas por cujos direitos e sobrevivência dizemos estar lutando. “*Terá chegado a hora de ver em que beco nos metemos?*”, Biodiversidad n.º 12/13, setembro de 1997.

Nos últimos anos, foram documentadas muitas experiências que falam a favor da agricultura biodiversa. Nesses estudos é demonstrado que este sistema pode competir com a agricultura oficial no que se refere à produtividade, e que oferece outras grandes vantagens: a sustentabilidade e a redução dos riscos. [...] As evidências reunidas demonstram claramente que um manejo do agroecossistema baseado na biodiversidade é o método mais apropriado para aumentar ao máximo a produtividade agrícola total e garantir a segurança alimentar. O sucesso comprovado de uma gestão integrada baseada na biodiversidade oferece argumentos importantes para contrapor os especialistas do setor oficial e as empresas transnacionais, que insistem em novas soluções *mágicas* para o desenvolvimento agrícola. Faz falta que mais cientistas e técnicos agrícolas se unam aos agricultores para construir pontes participativas que partam do conhecimento e da tecnologia tradicional, base de sistemas produtivos que têm a sanção positiva do tempo. “*A agricultura baseada na diversidade biológica produz mais*”, Biodiversidad n.ºs 15/16, junho de 1998.

Seis razões pelas quais a UPOV é um mau negócio e porque os países não deveriam se incorporar, ou inclusive argumentar sua saída, são:

1. A UPOV nega os direitos dos agricultores tanto em nível particular quanto em seu sentido mais amplo. Em nível particular, é cerceado o direito de guardar sementes para o plantio. Em sentido amplo, a UPOV não reconhece nem apoia os direitos à biodiversidade inerentes às comunidades, nem seu direito a um espaço para a inovação.

2. As companhias do Norte se apoderam dos sistemas nacionais de melhoramento vegetal do Sul. No regime da UPOV não está implícito um código de transferência de tecnologia, a não ser que se queira chamar assim a realidade nua e crua de que as companhias transnacionais podem comercializar suas variedades no Sul amparadas por uma normativa feita sob medida para suas ambições globais. Os fitomelhoristas nacionais e as casas de sementes locais são comprados pelas companhias estrangeiras [...]

3. Os critérios de proteção de obtenções na UPOV exacerbam a erosão da biodiversidade. Isso é tremendamente perigoso, principalmente para os países mais empobrecidos. A maior vulnerabilidade dos cultivos costuma ser compensada à base de mais produtos químicos ou de engenharia genética, que os agricultores não podem se permitir. A uniformidade leva a perdas de colheita e a maior insegurança alimentar.

4. A privatização dos recursos genéticos afeta negativamente a pesquisa. Estudos sobre suas repercussões realizados nos EUA e em outros lugares demonstram uma correlação clara entre a chamada “proteção” (por registro de propriedade intelectual) de variedades vegetais e uma diminuição da transferência de informação e de germoplasma. Além disso, a normativa da UPOV sobre variedades “essencialmente derivadas” desincentiva os pesquisadores, pois as transnacionais podem intimidá-los com ameaças de acusá-los de plágio.

5. Os avanços conseguidos para amparar a biodiversidade em sistemas de acesso negociado – como na Convenção de Diversidade Biológica e na FAO — são destruídos pela UPOV. A legislação sobre proteção de variedades vegetais concede propriedade privada sobre recursos regidos pela soberania nacional e, certamente, pela soberania das comunidades.

6. A adesão à UPOV implica se incorporar – como parte – a um sistema que apoia cada vez mais os direitos dos obtentores industriais em detrimento dos agricultores não industriais e das comunidades. As sucessivas revisões da UPOV (particularmente sua versão de 1991) vêm ampliando os direitos dos obtentores e debilitando os direitos dos agricultores e o interesse público. Os países do Sul vão se ver obrigados a apoiar esta tendência para sua transferência aos agricultores. Seis das “*Dez razões para dizer NÃO à UPOV*”, Biodiversidad n.ºs 15/16, junho de 1998.

A UPOV introduz restrições legais e econômicas sobre as formas de sustento praticadas pelos agricultores. No tratado UPOV de 1978, os direitos dos agricultores são convertidos em um mero ‘privilegio’, e, em sua versão de 1991, é deixado ao critério de cada governo oferecer certo espaço legal aos agricultores para a reutilização de sementes ‘protegidas’ por meio deste regime de propriedade intelectual. Como regra geral, o acesso aos recursos genéticos está restrito sob a UPOV, seja para fins produtivos ou de fitomelhoramento. Sob os regimes de propriedade intelectual sobre variedades vegetais impostos pela Organização Mundial do Comércio, a provisão de sementes no Sul mudará massivamente para as mãos de empresas privadas, apesar de serem os próprios agricultores quem responde atualmente por 80-90% do fornecimento.

A UPOV é tendenciosa para as necessidades específicas da agricultura industrial, e sua exigência de uniformidade fomentou a perda de diversidade genética agrícola. Ao permitir que as empresas cobrem *royalties* sobre a venda de sementes, a UPOV estimula o monopólio corporativo sobre o melhoramento de variedades vegetais, resultando em que haja cada vez menos fornecedores de sementes no mercado, o que leva também a uma maior erosão genética. As companhias fitomelhoradoras não estão motivadas pela conservação genética (já que se abastecem nos bancos de genes), e sua tendência é trabalhar com materiais seletos, altamente estabilizados e de ampla adaptabilidade. “*A UPOV em pé de guerra pelo controle dos cultivos*”, Biodiversidad n.º 21, setembro de 1999.

Os programas de suplementação e enriquecimento alimentar tratam os sintomas mas não as causas subjacentes da desnutrição por insuficiência de micronutrientes. Essas causas devem ser procuradas nas dietas de má qualidade compostas fundamentalmente por alimentos básicos. O ‘arroz dourado’ não é mais que uma extensão da abordagem dos suplementos vitamínicos e, como ela, não trata das causas. Pior ainda, o que faz na verdade é perpetuar a desnutrição, já que ignora a evidente insuficiência de outros minerais e vitaminas exigidos pelo organismo, sendo que todas essas necessidades poderiam ser atendidas por uma abordagem alimentar da IVA (insuficiência de Vitamina A).

Aumentar a variedade na dieta por meio de estímulos à produção e consumo de alimentos ricos em micronutrientes é a única abordagem sadia e sustentável para superar as insuficiências de micronutrientes. Atualmente, existe uma ampla margem de ação para aumentar a oferta doméstica de tais alimentos, tanto nas zonas rurais quanto nas urbanas. A verdadeira causa da IVA está em que os segmentos mais vulneráveis da população não estão com condições adequadas para acessar essas fontes naturais de vitamina A. Este deveria ser o ponto de partida de qualquer estratégia para combater a IVA. A variedade é a base de uma alimentação balanceada. As políticas agropecuárias e alimentares deveriam promover a

disponibilidade de alimentos ricos em micronutrientes, e deveria haver programas educativos específicos em nutrição que ajudem a estimular seu consumo. A única maneira de nos libertarmos do círculo vicioso da fome e da desnutrição é oferecendo variedade de fontes alimentícias lavouras e aumentando a consciência sobre a importância que a comida tem, não somente para encher a barriga com calorias, mas para melhorar o bem-estar alimentar. *“Biotecnologia: O caso da vitamina A. Engenharia genética para combater a desnutrição?”*, Biodiversidad n.º 23, março de 2000.

Para a indústria dos agrotóxicos, a biotecnologia representa um novo meio de tirar proveito da liberalização do comércio e da globalização do sistema alimentar. Não é de surpreender então que a indústria tenha canalizado a pesquisa e o desenvolvimento agrobiotecnológico para os cultivos de exportação empregados no processamento de alimentos e na preparação de forragens e rações para animais. Em 1999, só quatro cultivos (soja, milho, canola e algodão) somaram mais de 99% da superfície total mundial plantada com transgênicos. O próximo passo das empresas de agrotóxicos será estreitar seus vínculos com as indústrias de transporte e processamento de alimentos, algo que já está começando a acontecer. *“O Cartel dos Agrotóxicos”*, Biodiversidad n.º 27, janeiro de 2001.

Vivemos tempos difíceis em que se consolida um número cada vez maior de polos de poder econômicos e políticos, para os quais valores como a solidariedade e a equidade não são prioritários. Porém, há bolsões de resistência em todos os níveis e em todas as partes que nos fazem sentir otimistas e confiar em que o rolo compressor neoliberal não poderá destruir a maior riqueza que conseguimos acumular como espécie: essa enorme diversidade biológica e cultural que subjaz na raiz da própria vida. E nessa resistência germinam as sementes da esperança. *“Da globalização da agricultura à esperança da resistência”*, Biodiversidad n.º 30, outubro de 2001.

A contaminação de milhos crioulos, conservados e desenvolvidos por camponeses mexicanos desde séculos atrás, é um dos piores acidentes ambientais, não só por suas consequências diretas no México, mas também por suas implicações em nível mundial. O acervo de germoplasma dos milhos mexicanos está seriamente ameaçado por este processo de contaminação transgênica. As importações ininterruptas de milho transgênico, que a Secretaria de Economia continua autorizando, garantem a contaminação crescente desta riqueza. A lição é clara: é urgente parar com as importações de milho transgênico. *Alejandro Nadal, “Contaminação transgênica do milho”*, Biodiversidad n.º 31, janeiro de 2002.

Os governos buscam a chamada Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), a ser realizada em Quito, Equador, no final de outubro. Fazemos um chamado aos nossos leitores para redobrar os esforços coletivos para resistir e rejeitar este modelo de integração que pretendem impor e que significará para nossos povos mais pobreza, mais desemprego e perda ainda maior do controle dos recursos naturais do continente. *Alerta em Biodiversidad n.º 32*, abril de 2002.

Muitas das companhias líderes agroquímicas e agrobiotecnológicas – Monsanto, DuPont e Dow, entre outras – bem como um número considerável de companhias

menores e especializadas, começaram a desenvolver sistemas baseados em plantas para a produção química e farmacêutica. Isso representa um desenvolvimento novo e significativo na biotecnologia de plantas, o que até agora escapou da opinião pública.

Estes novos cultivos “biorreatores” apresentam muitos dos mesmos problemas potenciais para o ambiente que outras variedades de cultivos geneticamente modificados, particularmente se estão sendo cultivados ao ar livre em grande escala. Os mais significativos são os problemas de polinização cruzada e os efeitos prejudiciais desconhecidos sobre os insetos, micróbios do solo e outros organismos nativos. Logo poderemos ver, em uma escala comercial massiva, enzimas biologicamente ativas e substâncias farmacêuticas, que são encontradas na natureza em pequenas quantidades e separadas bioquimicamente em regiões muito especializadas de tecido vivo e em células secretadas por tecidos vegetais. As consequências podem ser ainda mais difíceis de detectar e de medir do que aquelas associadas com as variedades mais familiares de cultivos geneticamente modificados, e poderiam avançar até um ponto em que esses problemas, agora familiares, começariam a enfraquecer por comparação. “*Plantas manipuladas geneticamente para fabricar proteínas industriais e farmacêuticas?*”, Biodiversidad n.º 32, junho de 2002.

Existe um conflito de interesses entre o serviço ao bem comum e a apropriação privada que não pode ser resolvido com debates elitistas e distantes, não importa o quão inflamados sejam. Tampouco pode ser resolvido através dos cada vez mais populares debates “sem consenso” [mais conhecidos como diálogos multissetoriais ou de partes interessadas], nos quais os participantes acordam não estar de acordo. Por outro lado, esse conflito poderá, sim, ser resolvido no contexto do protesto mundial, que agora está adotando formas e estruturas visíveis, reais e imediatas. É apenas um primeiro passo, mas na direção correta. Denota uma revolta dentro do sistema, e pode se nutrir do movimento popular que está adquirindo grandes dimensões em toda parte; isso, por sua vez, não pode mais que fortalecer nossa própria batalha em defesa do patrimônio genético comum de nossas sociedades.

Vai chegar o dia em que os cientistas e intelectuais vão reconhecer a necessidade de empreender a ação social e aceitar a responsabilidade social como parte integrante de sua responsabilidade científica, em vez de como complemento, e somar assim sua voz e suas ações àquelas de milhões de outras pessoas. Esse será um dia muito esperançoso para um mundo fatalmente ameaçado. *Erna Bennet, “O carrossel das cúpulas”*, Biodiversidad n.º 34, outubro de 2002.

A cultura de converter absolutamente tudo em mercadorias que possam ser compradas e vendidas está impregnando cada resquício da vida, restringindo o espaço da propriedade comunal. A exploração para o benefício privado reduziu sistematicamente o comunal e o domínio público. Isso ocorre não apenas no caso de bens tangíveis como os serviços e os espaços públicos – como é o caso de parques e estradas – mas também com os bens mais intangíveis das ideias e da informação, aos quais, agora, cada vez mais se dá o nome de “propriedade intelectual”. O resultado foi que todos empobrecemos. “No final”, como diz o professor de leis James Boyle, “o domínio público é tudo aquilo que não é propriedade intelectual”. Continua dizendo: “Alguém teria que ser um amante incondicional dos leões ou dos chacais – e ter muito pouca imaginação para argumentar que as gazelas não são mais que as sobras de comida de seus adversários”.

Mas é fundamental reconhecer, especialmente em uma época na qual o “governo” é sistematicamente insultado, e seu mandato de justiça e bem-estar social é degradado e desconstruído, que a propriedade intelectual é uma construção social. Isso significa que seu sentido, legalidade e aplicação dependem de um sistema de governo central e legal forte, que tenha a vontade de fazer respeitar e ampliar o domínio da propriedade privada à custa do bem público. *Brewster Kneen, “Redefinindo a ‘propriedade’. Sobre a propriedade privada, o comunal e o domínio público”, Biodiversidad n.º 40, abril de 2004.*

Aqui, nesta parte do mundo, nasceu o milho. Nossos avós o criaram. Com ele, criaram a si mesmos ao formar uma das grandes civilizações da história. A casa mais antiga do milho está em nossas terras. Deste lugar do universo, ele foi para outras partes do mundo. Somos gente do milho. O grão é nosso irmão, fundamento da nossa cultura, realidade do nosso presente. Está no centro da nossa vida cotidiana. Aparece sem falta na nossa dieta e em um quarto dos produtos que adquirimos nas lojas. É o coração da vida rural e um ingrediente que não pode faltar na vida urbana. Somos gente do milho. E o somos em contracorrente, em luta contínua com os ventos dominantes. Os saberes camponeses e indígenas sobre o milho foram continuamente desprezados, reprimidos e esquecidos. Foi provocada a extinção de inúmeras variedades nativas de milho, que eram o fruto da experimentação paciente dos nossos antepassados. Muitos camponeses foram induzidos à vergonhosa dependência dos híbridos. Repetidamente, com diversas políticas, tentaram nos fazer abandonar o cultivo de milho. Querem que, em vez de produzi-lo em nossa terra e com nossas mãos, seja importado dos Estados Unidos, onde é plantado para os porcos e para a indústria, não para as pessoas. *“Defender nosso milho, cuidar da vida”, Biodiversidad n.º 40, abril de 2004.*

Observadas hoje em dia, todas as leis de sementes se referem à repressão. Tratam sobre o que os agricultores não podem fazer. Ditam que tipo de sementes não podem ser vendidas, não podem ser trocadas e, em alguns casos, inclusive não podem ser usadas. Tudo em nome da regulamentação comercial e da proteção dos produtores agrícolas! Neste sentido, as leis de sementes se complementam com os regimes de direitos de propriedade intelectual (DPI) como a proteção de variedades vegetais e as patentes. Os dois tipos de leis – regulamentações para a comercialização e direitos de propriedade – se reforçam mutuamente.

De fato, dependendo da situação, as leis de sementes podem ser muito mais adversas. Elas tiram do mercado as sementes dos agricultores, criando, em consequência, um tipo de apartheid agrícola nos países onde estão firmemente implementadas. As sementes protegidas por DPI já não podem ser comercializadas, exceto por aqueles que são seus proprietários. As leis de sementes tendem a garantir que as variedades tradicionais – sementes que não são produzidas pela indústria sementeira e que não estão protegidas por DPI – também não possam circular livremente. Tudo o que se pode comprar oficialmente são uns poucos ideótipos autorizados pelo governo. *“Leis de sementes: impondo um apartheid agrícola”, Biodiversidad n.º 46, outubro de 2005.*

Há dez anos, repassávamos os diferentes eventos que ocorreriam nos meses seguintes, que despertavam algumas expectativas sobre as possibilidades que

ofereciam para reverter a situação mundial de perda, destruição e apropriação da diversidade agrícola. Pensávamos que esse ano “poderia ser o ponto de partida para novas estratégias de conservação e uso da diversidade genética”. No entanto, as reuniões da FAO sobre Recursos Fitogenéticos, a Cúpula Mundial da Alimentação e a Conferência das Partes da Convenção sobre a Diversidade Biológica passaram despercebidas sem contribuir nem um pouquinho para esses objetivos. Ao longo dos anos, cada um desses espaços foi se convertendo em mais uma peça dos mecanismos globais de apropriação e mercantilização da natureza pretendidas pelos poderosos. Dez anos depois, verificamos que, durante os próximos meses, também terão lugar reuniões “importantes” desses mesmos organismos abordando quase as mesmas temáticas.

Porém, a sociedade civil já não espera encontrar nesses espaços as respostas para suas demandas. Evidentemente, as organizações de camponeses, povos indígenas e centenas de ONGs estarão ali fazendo ouvir sua voz e protestando contra cada um dos abusos a que são submetidas. Mas, para cada uma dessas organizações, o caminho a percorrer está em outro lugar: construindo e defendendo a biodiversidade agrícola, as culturas e sua autonomia a partir do local em cada canto onde haja uma semente para plantar. E se articulando com outros para compartilhar, crescer e ser mais fortes a cada dia. *Editorial, Biodiversidad n.º 47, janeiro de 2006.*

As sementes Terminator ameaçam nossa identidade cultural; foram criadas para nos escravizar. Para nós, os guambianos, as sementes não servem somente para nosso sustento, para nossa alimentação e para nosso vestir. Elas têm um papel importante na comunicação com nossos antepassados e com o mundo espiritual. Têm um valor simbólico importante, como oferenda para os espíritos que estão no alto das montanhas e nos lagos. Nossas sementes já estão suficientemente testadas por milhares de anos, de inovações e de experiências. Se querem considerar a questão apenas do ponto de vista econômico, posso garantir que nossas sementes são muito boas e resistentes. Mas este tipo de visão é para capitalistas, e nossas sementes não podem ser reduzidas a apenas um bem econômico. *Lorenzo Muelas Hurtado na COP 8 de Curitiba em relação à moratória conseguida contra as sementes Terminator, Biodiversidad n.º 48, abril de 2006.*

Para resolver o problema das mudanças climáticas não precisamos de plantações de agrocombustíveis. Precisamos dar um giro de 180 graus no sistema industrial de alimentos. Precisamos políticas e estratégias para reduzir o consumo de energia e evitar o esbanjamento. Tais políticas e estratégias já existem e se luta por elas. Na agricultura e na produção de alimentos, isso significa orientar a produção aos mercados locais ao invés dos mercados internacionais; significa adotar estratégias para manter as pessoas na terra, ao invés de expulsá-las; significa apoiar enfoques sustentados e sustentáveis para devolver a diversidade biológica à agricultura; significa diversificar os sistemas de produção agrícola, utilizando e expandindo os conhecimentos locais; significa colocar as comunidades locais novamente na frente do desenvolvimento rural. Tais políticas e estratégias implicam na utilização e no posterior desenvolvimento de tecnologias tradicionais e agroecológicas para manter e melhorar a fertilidade do solo e a matéria orgânica e, no processo, sequestrar dióxido de carbono no solo, ao invés de liberá-lo para a atmosfera. Também requerem uma confrontação firme com o complexo agroindustrial mundial, agora mais forte do que nunca, que está

conduzindo sua agenda de agrocombustíveis exatamente na direção oposta. *Paremos la fiebre de los agrocombustibles!*”, Biodiversidad n.º 54, outubro de 2007.

Os promotores das políticas que modelaram o atual sistema alimentar mundial – e que teriam que ser responsáveis por evitar tais catástrofes – dão explicações muito batidas sobre a crise: a seca e outros problemas que afetam as colheitas, o aumento da demanda na China e na Índia, onde as pessoas parecem se alimentar mais e melhor, grandes cultivos e enormes terras são destinados aos agrocombustíveis. E não há dúvida de que os especuladores inflacionam os preços. Tudo isso contribui para a atual crise alimentar, mas não é suficiente para explicar sua profundidade. Existe algo mais importante por trás. Algo que une todas essas questões e que os papas do mundo das finanças e do desenvolvimento mantêm fora da discussão pública.

Já não dá para esconder que a atual crise alimentar resulta de tanto pressionar para o modelo agrícola da “Revolução Verde” desde 1960 e da liberalização do comércio e das políticas de ajuste estrutural impostas aos países pobres pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional a partir de 1970. Receitas que foram reforçadas em meados dos anos 1990 pela Organização Mundial do Comércio e, mais recentemente, por meio de um amontoado de acordos bilaterais de livre comércio e investimento – e que destruíram implacavelmente os tributos e outros instrumentos com os quais os países em desenvolvimento protegiam sua produção agrícola local –, e os forçaram a abrir seus mercados e terras para a agroindústria global, para os especuladores e para as exportações de alimentos subsidiados procedentes dos países ricos. No processo, as terras férteis foram convertidas de produzir alimentos para abastecer um mercado local, para produzir bens de consumo mundiais para exportação ou cultivos de entressafra e/ou de alto valor para os supermercados ocidentais. Hoje, 70% dos chamados países em desenvolvimento são nítidos importadores de alimentos. Dos 845 milhões de pessoas com fome no mundo, 80% são camponeses ou produtores em pequena escala. A readequação do crédito e dos mercados financeiros para criar a enorme indústria da dívida, sem controle sobre os investidores, levou o problema ao extremo. *“A política agrícola não busca alimentar as pessoas. A fome fere e as pessoas se desesperam”*. Biodiversidad n.º 57, julho de 2008. *É necessário mudar a política alimentar já!*

Os saberes não são coisas. São tecidos muito complexos de relações, muitas delas ancestrais, e se entrelaçam com a comunidade, o coletivo, a região, a circunstância, a experiência de onde surgem e onde são celebrados como parte de um todo que pulsa porque está vivo. A esse todo, os povos indígenas do mundo chamam território: aí é onde os saberes encarnam, crescem e se reproduzem mediante a criação mútua, porque são pertinentes ao entorno social, natural e sagrado que os criou e segue criando. Podem ser técnicas de caça, métodos de plantio, limpeza, coleta, pesca, fiação, olaria, cozimento, ferraria, costura, seleção de sementes ou seu cuidado ancestral. Formas mais abstratas, como recolher água, equilibrar torrentes, convocar chuvas, recuperar mananciais, curar os solos, desviar os ventos, curar nostalgias, perdas, maus sonhos, dar à luz ou estancar feridas. São atitudes de dignidade e de respeito, mas também o empenho de não se deixar oprimir. São formas de querença, mas também modos de equilibrar o dano, a culpa e o fracasso. São também formas de organização e de tornar claro o trabalho e a vida social compartilhada, são formas de luta e resistência contra o esquecimento.

Então, muitos pensadores e as pessoas comuns, por igual, nos damos conta de que o saber sempre se constrói no coletivo, de que não é possível que saibamos nada sozinhos, de que o saber individual é impossível, porque dizer saber é dizer linguagem, e a linguagem é nosso bem comum maior e mais amplo. Então, vamos entendendo que os saberes são bens comuns livres, e que se são privatizados se rompe o sentido de nossa vida e se coloca em risco o propósito fundamental de tais saberes, que é fortalecer a relação natural de respeito, cuidado e justiça entre as pessoas, as comunidades e o território natural onde nos relacionamos. Os saberes, construídos expressamente em coletivo, são a base de nossas possibilidades de resistência e utopia. Por isso, para que continuem vivos esses saberes, devemos assumir expressamente seu impulso de resistência. *Editorial*, Biodiversidad n.º 59, janeiro de 2009.

O atual sistema alimentar mundial, com suas sementes de laboratório e seus pacotes tecnológicos, não é capaz de alimentar as pessoas. Neste ano, mais de 1 bilhão de pessoas passarão fome, e outros 500 milhões terão obesidade. Três quartas partes dos que não têm o suficiente para comer são camponeses e trabalhadores rurais (os mesmos que produzem os alimentos), enquanto um punhado de corporações agroindustriais (que decidem para onde e para quem vai o alimento) embolsam bilhões de dólares. Apesar de seu fracasso monumental, e de enormes e crescentes movimentos sociais clamarem por uma mudança, os governos e as agências internacionais do mundo todo continuam lutando por mais da mesma coisa: mais agronegócios, mais agricultura industrial, mais globalização. A mudança climática no planeta se intensifica, em grande parte, por continuar com o mesmo modelo de agricultura. Não empreender ações significativas irá piorar rapidamente essa intolerável situação. Contudo, no movimento global pela soberania alimentar há uma saída promissora. *“El fracaso del sistema alimentario transnacional”*, Biodiversidad n.º 62, outubro de 2009.

As monopolizações de terras trazem atrás de si uma aura “neutra”. São devidas, nos explicam em âmbitos governamentais, à insegurança alimentar, são produto da crise mundial de alimentos “que nos obriga a cultivar onde possamos nossos próprios alimentos e, mesmo que desloquemos a produção, traremos os alimentos ao país para benefício de nossos cidadãos”. Cutucando um pouco, aparece o rabo do monstro financeiro dos grandes consórcios e empresas conjuntas de capitais diversos para investir em terras, em produções, em exportação e importação de produtos básicos, em especulação alimentar.

Algo que é brutal, mas que é necessário entender, é que o objetivo mais profundo dos grandes capitais é controlar totalmente a produção de alimentos. Estiveram assentando as bases para isso durante os últimos cinquenta anos e agora procuram colher. A monopolização de terras não é simplesmente a oportunidade mais recente para fazer investimentos especulativos com grandes e rápidos lucros, apesar de ser o que nos dizem: é parte de um amplo processo de tomada de controle da agricultura. Por essa e outras razões, um freio a todo esse esquema são os autogovernos comunitários que tenham um especial interesse em defender seus territórios e seus regimes de bens comunais. Porque não é possível a soberania alimentar desde baixo, desde o nível de comunidade, em regimes ou países que permitem a monopolização da terra, porque sem uma terra própria, qualquer produção fica limitada. Então, mais e mais comunidades e organizações insistem em que devemos facilitar a conexão entre

colheitas próprias, sementes nativas e seus saberes locais livres, autogovernos e territórios com controle de água, florestas, solos, padrão de assentamento e percursos.

Por outro lado, os novos donos da terra procuram voltar a confinar os âmbitos comuns, mas agora no anonimato “neutro” de estrangeiros que, a partir de seus países distantes, controlam à distância os nossos destinos. Já não precisam invadir; fazem acordos comerciais. Já não têm a carga de manter escravos; têm peões hiperprecarizados. Já não se responsabilizam por combater os insubmissos - que o faça o governo hóspede, ou mercenários. O neoliberalismo é a invenção de uma fórmula atrás da outra para fugir de responsabilidades. Temos que assentar nosso futuro na responsabilidade. *Editorial Biodiversidad* n.º 63, janeiro de 2010.



Comitê Editorial

Carlos Vicente, Argentina / M^a. Eugenia Jeria, Argentina / M^a José Guazzelli, Brasil / Valter da Silva, Brasil / Germán Vélez, Colômbia / Silvia Rodríguez Cervantes, Costa Rica / Henry Picado, Costa Rica / Camila Montecinos, Chile / Francisca Rodríguez, Chile / Elizabeth Bravo, Equador / M^a Fernanda Vallejo, Equador / Silvia Ribeiro, México / Verónica Villa, México / David Cardozo, Paraguai / Norma Giménez, Paraguai / Martin Drago, Uruguai

Administração

Lucía Vicente - sitiobiodla@gmail.com

Edição

Ramón Vera Herrera - constelacion@laneta.apc.org ramon@grain.org

A revista *Biodiversidad, sustento y culturas* em versão digital, em espanhol, está disponível em:

<http://www.grain.org/article/categories/91-biodiversidad>

A *Alianza Biodiversidad* também produz *Biodiversidad en América Latina*, disponível em:

<http://www.biodiversidadla.org>

Sítios Web das organizações da *Alianza Biodiversidad*:

GRAIN <http://www.grain.org>

REDES - Amigos de la Tierra <http://www.redes.org.uy>

ETC Group <http://www.etcgoup.org>

Grupo Semillas <http://www.semillas.org.co>

Acción Ecológica- Ecuador <http://www.accionecologica.org>

Campaña Mundial de la Semilla de Vía Campesina <http://www.viacampesina.org>

Acción por la Biodiversidad <http://www.biodiversidadla.org>

Red de Coordinación en Biodiversidad <http://redbiodiversidadcr.info/>

Sobrevivencia <http://www.sobrevivencia.org.py>

Centro Ecológico/Ipê, Brasil <http://www.centroecologico.org>

Sítio temático:

<http://www.farmlandgrab.org/> y <http://www.bilaterals.org/>